

**FUCAPE PESQUISAS, ENSINO E PARTICIPAÇÕES LTDA – FUCAPE
RJ**

MARTA CABRAL GONÇALVES

**CONDIÇÃO FINANCEIRA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS: fatores
determinantes**

RIO DE JANEIRO

2018

MARTA CABRAL GONÇALVES

**CONDIÇÃO FINANCEIRA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS: fatores
determinantes**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Fucape Pesquisas, Ensino e Participações Ltda (FUCAPE-RJ), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis – Nível Profissionalizante.

Orientador: Prof. Olavo Venturim Caldas

RIO DE JANEIRO

2018

MARTA CABRAL GONÇALVES

CONDIÇÃO FINANCEIRA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS: fatores determinantes

Dissertação (Tese) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Fucape Pesquisas, Ensino e Participações Ltda (FUCAPE-RJ), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

Aprovada em 24 de outubro de 2018.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Msc.: OLAVO VENTURIM CALDAS

Fucape Pesquisas, Ensino e Participações LTDA – FUCAPE RJ

Prof. Dr.: FRANCISCO ANTÔNIO BEZERRA

Fucape Pesquisas, Ensino e Participações LTDA – FUCAPE RJ

Prof. Dr.: NEWTON PAULO BUENO

Fucape Pesquisas, Ensino e Participações LTDA – FUCAPE RJ

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, que ilumina todas minhas noites de sono e que permitiu ter boa saúde física e mental para realizar mais um objetivo e um sonho traçado na minha linha da vida;

Ao meu amor e grande companheiro, quem sempre acredita no meu potencial e que me apoia na busca dos meus sonhos, não deixando que o cansaço e o desânimo venham a me abater. Quem, sem medir esforços, batalha ao meu lado para que juntos tudo seja possível.

À instituição FUCAPE, representada pelo Professor Doutor Valcemiro Nossa e pelo Professor Doutor Aridelmo José Campanharo Teixeira, que me deram a oportunidade de ingressar nesta excelente academia e que oportunizam aos contadores das esferas governamentais, um mestrado profissional com uma linha de pesquisa direcionada ao desenvolvimento de pesquisas na área da contabilidade e da controladoria do setor público;

Ao meu orientador Professor Olavo Venturim Caldas, por partilhar seus conhecimentos e experiências, e por estar disponibilizar de seu tempo para tirar minhas dúvidas e me ajudar a tornar concreto um trabalho que até então era apenas uma idealização;

A oportunidade e satisfação de conhecer e conviver com o Professor João Eudes Bezerra Filho, colega na área de controle externo de Tribunal de Contas, que muito colaborou com o aperfeiçoamento das Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público, junto ao Conselho Federal de Contabilidade Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Grata a este professor que que nos enriqueceu com

os seus conhecimentos, experiência e didática exemplar e que me incentivou a escrever meu primeiro artigo, que nos concedeu o segundo lugar no Prêmio Chico Ribeiro;

Ao Dr. Professor Doutor Fábio Moraes Costa, professor e coordenador da FUCAPE Rio de Janeiro, que muito contribuiu para o meu crescimento profissional e acadêmico;

Às funcionárias da biblioteca da FUCAPE que sempre de forma eficientes e prestativas na busca por livros e artigos para a concretização deste trabalho;

Às funcionárias da Secretaria da FUCAPE Rio de Janeiro, que sempre de forma atenciosa e tempestiva atenderam às nossas solicitações, em especial à Alessandra Melo, que desde o início desta jornada nos atendeu com muita dedicação.

Aos meus colegas do curso de Mestrado da Fucape que tanto me ensinaram ao compartilhar suas experiências profissionais na área contábil, tanto pública quanto privada, por estarem sempre presente para troca de ideias e sugestões e por oferecerem colaboração e apoio nas horas difíceis;

Aos meus colegas do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, chefes e amigos que esta Corte me proporcionou, por me apoiarem, me incentivarem e colaborarem com esta conquista;

À Escola de Contas e Gestão do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro que apoiou meus estudos e contribuiu com esta capacitação como bolsista;

E aos meus pilares da vida: meus pais, meus irmãos, familiares e amigos, por sempre acreditarem em mim e por suportarem as minhas inúmeras ausências.

“O período de maior ganho em conhecimento e experiência é o período mais difícil da vida de alguém.”

(Dalai Lama)

RESUMO

A presente pesquisa busca analisar a condição financeira dos municípios brasileiros e investigar quais os fatores que a determinam, considerando esta a capacidade de um governo de cumprir com suas obrigações no curto e longo prazo, de forma a promover contínua prestação de serviços públicos aos seus cidadãos. A condição financeira foi mensurada com utilização de um índice válido e confiável descrito na literatura internacional e as demonstrações contábeis municipais de 2014 a 2016, e suas determinantes identificadas por meio de análise de regressão. Os resultados revelam a existência de relação significativa e positiva do índice de condição financeira e as variáveis independentes estudadas, indicando que fatores como variação do PIB, população e gestão fiscal são determinantes para a condição financeira municipal, considerando fatores socioeconômicos como população e densidade demográfica. O estudo contribui para a literatura de determinantes de condição financeira trazendo a realidade dos municípios brasileiros, bem como a utilização de índice dado como válido e confiável na literatura internacional.

Palavras-chave: Condição Financeira Municipal; Índice Governamental; Finanças Públicas; Capacidade de Arrecadação; Gestão Fiscal.

ABSTRACT

The present research intends to analyze the financial condition of the Brazilian municipalities and investigate which factors determine it, considering financial condition the capacity of a government to fulfill its obligations in the short and long term, in order to continuously provide public services to its citizens. The financial condition was measured applying an index confirmed as valid and reliable by the international literature, using the information contained in the financial statements of the municipalities from 2014 to 2016, and its determinants identified through the regression analysis method. The results reveal the existence of a significant and positive relationship between the financial condition index and the independent variables studied, indicating that factors such as GDP variation, population and fiscal management are determinant for the municipal financial condition. The study contributes to the literature of financial condition determinants by presenting the reality of the Brazilian municipalities and using a practical and comprehensive management tool for Brazilian public accounting that can assist public managers in the administration of public resources.

Keywords: Municipal Financial Condition; Governmental Index; Public Finances; Capacity to Collect Revenue; Fiscal Management.

SUMÁRIO

Capítulo 1	9
1. INTRODUÇÃO	9
Capítulo 2	13
2. CONDIÇÃO FINANCEIRA	13
2.1 POR QUE CONDIÇÃO FINANCEIRA IMPORTA?	13
2.2 MEDIDAS DE CONDIÇÃO FINANCEIRA	16
2.3 FATORES QUE AFETAM A CONDIÇÃO FINANCEIRA	18
2.3.1 Da estrutura governamental, política e práticas financeiras dos governos municipais	20
2.3.2 Atividade econômica e recursos produtivos municipais	24
Capítulo 3	28
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	28
3.1 ANÁLISE DA CONDIÇÃO FINANCEIRA NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS ..	28
3.1.1 População, amostra e variáveis	28
3.2 INFLUÊNCIA DOS FATORES RELACIONADOS À CONDIÇÃO FINANCEIRA	32
3.2.1 Amostra	32
3.2.2 Modelos econométricos e variáveis	33
3.2.3 Hipóteses	34
Capítulo 4	37
4. RESULTADOS	37
4.1 ANÁLISE DA CONDIÇÃO FINANCEIRA MUNICIPAL	37
4.2 FATORES RELACIONADOS À CONDIÇÃO FINANCEIRA – ANÁLISE EMPÍRICA	40
Capítulo 5	46
5. CONCLUSÃO	46
REFERENCIAS	49
APÊNDICES	53

Capítulo 1

1. INTRODUÇÃO

A avaliação da condição financeira de entes governamentais, por meio de índices e modelos econométricos, vem sendo objeto de pesquisas em âmbito internacional desde a década de 90 (Brown,1993; Hendrick, 2004; Dennis, 2004; Wang; Dennis; Tu, 2007; Zafra-Gomez; Lopez-Hernandez; Hernandez Bastida, 2009; Rivenbark; Roenigk; Allison, 2010; Ritonga, Clark; Wickremasinghe, 2012; Ritonga, 2014).

Para Wang, Dennis e Tu (2007) condição financeira é a habilidade que uma organização tem de cumprir com suas obrigações financeiras dentro do prazo devido, e abrange quatro dimensões: solvência de caixa e equivalentes, solvência orçamentária, solvência de longo prazo e solvência em nível de serviços.

Um bom nível de condição financeira pode ajudar entes públicos superar crises econômicas e assegurar a continuidade da prestação de bens e serviços públicos, devendo ser, portanto, uma das principais finalidades a serem perseguidas pelos governantes (Lima; Diniz, 2016).

Com base neste raciocínio, Lima e Diniz (2016) afirmaram que o governo deve estar preparado para identificar fatores capazes de comprometer as finanças públicas, com o objetivo de garantir que os serviços públicos não sejam afetados.

A condição financeira é influenciada por fatores internos e externos (responsabilidade fiscal, atividade econômica, estrutura governamental, política e administrativa) às entidades públicas capazes de prever e explicar o nível de condição financeira dos governos municipais (Hendrick, 2004; Wang; Dennis; Tu, 2007; Vonen, 2011; Cruz Macedo; Sauerbronn, 2013; Ritonga, 2014; Lima; Diniz, 2016).

O presente trabalho teve por objetivo analisar o cenário da condição financeira dos municípios brasileiros e os fatores capazes de influenciar positivamente esta condição.

As cidades brasileiras, durante as últimas décadas, têm enfrentado crises financeiras que evidenciam a importância de um diagnóstico lúcido, completo e aceitável sobre a saúde financeira das administrações públicas (Diniz, Macedo; Corrar, 2012). Os resultados das gestões públicas evidenciados nos demonstrativos contábeis e as medidas tradicionais utilizadas pelos governos municipais não identificam os possíveis problemas emergentes e não são o suficiente para medir finanças públicas e por esta razão é que se passou a estudar a condição financeira municipal e sua forma de avaliação (Silva; Silva; Borges, 2015; Groves; Godsey; Shulman, 1981).

Em razão da crise enfrenta pelas cidades brasileiras nos últimos anos e com o intuito de identificar a realidade da condição financeira municipal brasileira, evidenciando as possíveis variáveis que podem estar relacionadas com a referida condição, tem-se a seguinte questão de pesquisa: **Quais fatores determinam a condição financeira dos municípios brasileiros?**

Na literatura brasileira há poucos autores que estudaram condição financeira, menor ainda é o número daqueles que se concentraram na análise de construção de um índice de condição financeira (ICF) governamental (Diniz; Macedo; Corrar, 2012). Os estudos anteriores sobre condição financeira no Brasil (Diniz; Macedo; Corrar, 2012; Nobre, 2017; Silva e Silva, 2016) não utilizaram o modelo de Wang, Dennis e Tu (2007), testado e validado pela literatura internacional, tampouco realizaram uma análise ampla compreendendo todos os municípios brasileiros.

Wang, Dennis e Tu (2007) afirmaram que uma economia forte melhora a condição financeira e conseqüentemente a capacidade do governo de se auto financiar. A riqueza municipal é responsável pela geração de emprego, bens e serviços nos municípios, conseqüentemente pelo aumento de arrecadação de receita, conforme Ritonga (2014), Pereira (2017), Gorina, Maher e Joffe (2017). Segundo Pereira (2017), a Lei de Responsabilidade Fiscal impõe compromissos fiscais que acabam vinculando o gestor público a uma série de obrigações, com a intenção de reduzir consideravelmente a capacidade do endividamento público.

A pesquisa foi realizada em duas etapas: uma para analisar a condição financeira dos municípios brasileiros e outra para diagnosticar as variáveis capazes de influenciar esta condição. Para a análise do cenário da condição financeira dos municípios brasileiros utilizou-se o Índice de Condição Financeira (ICF) de Wang, Dennis e Tu (2007) a partir das informações contidas em demonstrativos contábeis publicados após a adesão obrigatória às normas contábeis internacionais para o setor público. Para a análise dos fatores capazes de influenciar a condição financeira municipal utilizou-se a técnica estatística de regressão com dados do PIB, valores arrecadados de receita própria e desempenho de gestão fiscal municipal.

Os resultados deste estudo evidenciam o cenário da condição financeira dos municípios brasileiros, com a utilização de um modelo de ICF, dado como válido e confiável pela literatura internacional (Wang; Dennis; Tu, 2007; Rivenbark; Roenigk, 2011; Ritonga, 2014), e apresenta, com a aplicação de técnica estatística de regressão, os fatores relacionados a este desempenho. Este estudo contribui com a literatura contábil pública na medida que apresenta uma ferramenta de avaliação que poderá incentivar os gestores municipais no comprometimento pelo cumprimento dos limites legais; criar formas de estimular a atividade econômica local e a aprimorar as

atividades de controle e de arrecadação de seus próprios impostos, tendo em vista que a gestão fiscal, a atividade econômica e a arrecadação própria comprovaram ser relacionadas positivamente com a condição financeira municipal.

Esta pesquisa está estruturada em cinco capítulos. O Capítulo 2 apresenta a revisão bibliográfica, abordando o conceito de condição financeira e a relevância desta análise para os governos, as medidas existentes, a justificativa da escolha do modelo de Índice de Wang, Dennis e Tu (2007) para a análise da condição financeira dos municípios brasileiros e as possíveis variáveis relacionadas à condição financeira, restringindo-se às variáveis que medem a capacidade de arrecadação própria, variação do PIB e a gestão fiscal, por se tratarem de sugestões oferecidas nesta pesquisa.

O Capítulo 3 tem por objetivo apresentar a metodologia da pesquisa. Esse capítulo apresenta a amostra e o período de análise; o cálculo do índice proposto; as variáveis selecionadas; as hipóteses de pesquisa; os dados; o cálculo do modelo e a abordagem estatística empregada. A estatística descritiva da amostra e os resultados encontrados estão apresentados no Capítulo 4. As considerações finais, as limitações do estudo e as sugestões para futuras pesquisas estão apresentadas no Capítulo 5.

Capítulo 2

2. CONDIÇÃO FINANCEIRA

2.1 POR QUE CONDIÇÃO FINANCEIRA IMPORTA?

O estudo do conceito e das formas de avaliação da condição financeira governamental tem sido objeto de pesquisas há mais de três séculos nos Estados Unidos da América (EUA), com o objetivo de relatar a capacidade das finanças locais e a sustentabilidade da prestação de serviços públicos (Rivenbark; Roenigk; Allison, 2010). A condição financeira de governos locais é uma matéria relevante contida no estudo das finanças públicas e compete ao gestor público deliberar quanto à forma de defini-la, de mensurá-la e de comunicar seus resultados (Rivenbark; Roenigk; Allison, 2010).

Conforme Bronner (2016), o conceito de medir o estresse fiscal para os governos locais podem parecer relativamente simples tendo em vista a grande quantidade de informações contábeis e financeiras disponíveis e o uso de diversos modelos computacionais por pesquisadores. No entanto, uma revisão da literatura sobre estresse fiscal indica que há mais de 40 anos de estudo sobre este tema (os primeiros estudos sobre questões fiscais associadas a governos locais teve início durante a década de 1960) e que há muitas incógnitas a respeito de como medir o estresse fiscal e de como definir este conceito. Segundo o autor, informações mais recentes mostram que o conceito de estresse fiscal para os governos locais ainda é um tópico importante, tendo em vista que em 2016 foram concedidas subvenções especiais aos governos locais diagnosticados com estresse fiscal para conduzir o planejamento financeiro de longo prazo.

Ainda neste contexto, Bronner (2016), Groves, Godsey e Shulman (1981) destacaram que durante a década de 1970 os governos americanos, de todos os níveis, enfrentaram dificuldades financeiras, tendo como causas o crescimento da demanda de serviços, as mudanças da estrutura econômica, inflação e alterações nas relações entre os governos. Segundo estes autores, o momento de reação dos órgãos de governos a estas dificuldades ocorreu no momento em que cidades como Cleveland e Nova York sofreram sérios problemas fiscais, levando estas entidades a se interessar, se questionar e a estudar questões específicas da condição financeiras municipais.

Levando em consideração que a maioria dos governos dependia de sistemas e instrumentos convencionais para evidenciação do orçamento, patrimônio e resultados operacionais, Groves, Godsey e Shulman (1981) afirmaram que as respostas para as crises fiscais não estavam disponíveis nos demonstrativos e relatórios existentes, sendo esta deficiência um dos motivos pelos quais condição financeira local passou a ser objeto de pesquisas.

Entre os primeiros estudos elaborados com o objetivo de analisar e medir a condição financeira local estão as pesquisas realizadas por Groves, Godsey e Shulman (1981), Berne e Schramm (1986), Berne (1992), Brown (1993) e Hendick (2004) (*apud* Lima e Diniz, 2016; Ritonga, 2014). Embora o interesse por condição financeira tenha tido seu início no século passado, ainda se vê a atual importância desta compreensão e mensuração, tendo em vista a existência de recentes estudos sobre o tema como: Ritonga (2014), Clark (2015) e Nobre (2017); e a permanência de crise fiscal em diversos países. Nas últimas décadas uma onda de crise fiscal atacou cidades e estados pelos Estados Unidos da América (Gorina; Maher; Joffe, 2017).

Groves, Godsey e Shulman (1981) estão entre os primeiros autores a conceituarem condição financeira e, em sua abordagem, afirmaram que ela possui diversos significados. Entretanto, para um limitado conceito contábil, esta expressão se refere à capacidade do governo em gerar caixa ou liquidez suficiente para pagar suas contas. Já numa visão mais ampla do conceito estes autores destacaram que condição financeira se refere à habilidade do governo de pagar todos os compromissos no longo prazo, sejam despesas com obrigações normais anuais ou aquelas que são de anos mais específicos, considerando esta uma dimensão de longo prazo. Por fim, estes autores afirmaram que condição financeira refere-se à capacidade do governo de providenciar um certo nível de serviço público que atenda à demanda da população.

Alguns autores como Zafra-Gomez, Lopez-Hernandez e Hernandez Bastida (2009), Ritonga (2014), Lima e Diniz (2016) utilizaram, para definir a condição financeira, conceitos semelhantes ao definido pelo *Governmental Accounting Standards Board* (GASB) em 1997: condição financeira como a probabilidade do governo cumprir com suas obrigações financeiras presentes e futuras, sendo capaz de providenciar a prestação de bens e serviços aos seus cidadãos (*apud* Lima e Diniz, 2016).

Com uma visão mais sistêmica e abrangente, Hendrick (2004), Rivenbark, Roenigk e Allison (2010) consideraram condição financeira a capacidade do governo de financiar seus serviços de forma contínua atendendo às demandas de mudanças do ambiente externo ao longo do tempo, incluindo a capacidade do governo de manter os níveis de serviço existentes e de suportar riscos (sistemáticos e não sistemáticos). Para Hendrick (2004) não se pode medir a condição financeira sem considerar o contexto externo no qual o governo está inserido.

Numa linha de pesquisa mais focada em Administração Empresarial, Vonen (2011) teve a mesma compreensão sobre o que seria condição financeira daquela utilizada por Hatzius, Hooper, Mishkin, Schoenholtz e Watson (2010): a condição financeira pode ser definida como o estado atual das variáveis financeiras que influenciam no comportamento econômico e no futuro estado da economia.

Ritonga, Clark e Wickremasinghe (2012), Wang, Dennis e Tu (2007) se preocuparam em utilizar, na definição de condição financeira, palavras como tempo hábil, tempestividade e endividamento. Wang, Dennis e Tu (2007) asseguraram que a definição de condição financeira tem várias influências na tomada de decisão de políticas financeiras e que se a organização pode pagar suas obrigações financeiras em tempo hábil, sem incorrer em dificuldades financeiras significativas, pode-se presumir que a entidade se encontra em boa condição financeira.

Diante do exposto, pode-se concluir que condição financeira está associada à capacidade de um Ente (no caso, os municípios) de arcar com suas despesas, obrigações e prestação de serviços públicos presentes sem comprometer suas receitas, despesas, obrigações, prestação de serviços públicos e situação financeira futura, sendo este o conceito adotado neste estudo. Ademais, conforme Ritonga (2014), a análise da condição financeira governamental é capaz de antecipar eventos inesperados e executar direitos financeiros de forma eficiente e eficaz.

2.2 MEDIDAS DE CONDIÇÃO FINANCEIRA

Quanto à detecção e à avaliação da condição financeira municipal alguns autores elaboraram índices ou medidas de condição financeira, como foi o caso de Brown (1993), Hendrick (2004), Dennis (2004), Wang, Dennis e Tu (2007), Zafra-Gomez, Lopez-Hernandez e Hernandez Bastida (2009), Rivenbark, Roenigk e Allison

(2010), Ritonga, Clark e Wickremasinghe (2012) e Ritonga (2014).

O desenvolvimento de uma medida de condição financeira válida e confiável é um fator crítico em qualquer estudo de condição ou desempenho financeiro no governo organizações (Wang; Dennis; Tu, 2007). Seguindo estes critérios, Ritonga (2014), Wang, Dennis e Tu (2007) asseguraram que, para a obtenção de uma boa medida de condição financeira, capaz de ser replicada, é necessário que ela seja teoricamente sólida, possuir a qualidade de validade e confiabilidade de medição, e, também, avaliar a condição financeira de todo o governo em vez de apenas uma parte dela. A confiabilidade da medição é amplamente conhecida como o grau de que uma medida é livre de erro de medição aleatória (Wang; Dennis; Tu, 2007).

Wang, Dennis e Tu (2007) desenvolveram e testaram uma nova medida de condição financeira para os governos estaduais. Assumida como válida também para governos locais, este índice foi desenvolvido somando e calculando a média das pontuações padronizadas de todos os 11 indicadores (Tabela 2). O objetivo do estudo foi construir uma ferramenta de medição da condição financeira e providenciar um exemplo prático de como utilizá-la, acessível para governos, cidadãos e a todos interessados, adicionando à literatura um novo ICF (Wang; Dennis; Tu, 2007). Os resultados da pesquisa de Wang, Dennis e Tu (2007) demonstraram que a medição de condição financeira por eles criada é confiável e válida.

Estes autores afirmam que utilizaram critérios teoricamente robustos, válidos e confiáveis para avaliar a situação financeira do governo local como um todo e que as informações fornecidas nos demonstrativos financeiros governamentais são úteis para avaliar a condição financeira governamental. A pesquisa estabelece uma base de conhecimento para demais estudos relacionados ao tema e oferece tanto aos profissionais de finanças governamentais quanto a outros usuários de demonstrativos

financeiros, uma ferramenta prática e analítica para avaliar a situação financeira (Wang; Dennis; Tu, 2007).

Wang, Dennis e Tu (2007) apresentaram um estudo completo e com pontos positivos como a utilização de indicadores financeiros apenas e por ser de simples aplicação (Rivenbark; Roenigk, 2011; Ritonga, 2014). Rivenbark e Roenigk (2011) afirmam que a vantagem do estudo de Wang, Dennis e Tu (2007) é que o modelo utiliza informações financeiras geradas a partir de demonstrativos contábeis de todo o governo para o cálculo das dimensões e indicadores da condição financeira.

Wang, Dennis e Tu (2007) publicaram uma das abordagens mais compreensíveis para a análise da condição financeira, usando dimensões de solvência de caixa, orçamentária, de longo prazo e de serviço (Rivenbark; Roenigk; Allison, 2010). Ritonga (2014) considera o fato de os autores avaliarem a validade e a confiabilidade do modelo, para concluir se o modelo é bom ou não, um ponto que enriquece a pesquisa e que torna o modelo bastante consistente.

Considerando o acima exposto, tem-se que o índice de Wang, Dennis e Tu (2007) é prático, capaz de avaliar a situação financeira do governo municipal como um todo (a partir dos dados públicos dos demonstrativos financeiros e contábeis governamentais) e positivamente criticado por outros autores, sendo, portanto, o modelo de índice selecionado a ser utilizado na presente pesquisa.

2.3 FATORES QUE AFETAM A CONDIÇÃO FINANCEIRA

De acordo com Lima e Diniz (2016), a primeira ideia que surge ao abordar análise de condição financeira refere-se à mensuração dos aspectos financeiros das entidades governamentais. Todavia, segundo estes autores, a literatura comprova a

existência de relevantes aspectos a serem estudados sobre os fatores que influenciam esta avaliação: necessidade da comunidade; condições de produção de serviços; recursos da comunidade; estrutura política e governamental, políticas de governo e práticas de finanças governamentais.

Logo, a condição financeira governamental é influenciada por fatores interno e externos às entidades públicas capazes de prever e explicar os problemas financeiros enfrentados pelos governos, podendo ser estes: população, mudança da economia local, alterações na estrutura da indústria, comércio e serviços (Lima; Diniz, 2016). Wang, Dennis e Tu (2007) observaram que alguns pesquisadores examinaram condição financeira governamental no contexto da crise financeira e do estresse fiscal, onde os recursos disponíveis para fornecer serviços são extremamente limitados.

A Tabela abaixo representa uma síntese de fatores que possivelmente estão relacionadas a condição financeira governamental e seu efeito provável, a serem vistos nas subsecções a seguir, conforme literatura e adaptação de Lima e Diniz (2016):

TABELA 1: FATORES DETERMINANTES DA CONDIÇÃO FINANCEIRA

Fatores		Efeitos Esperados
Condição de produção de serviços (custo da prestação de serviços)	Tamanho da população	É incerto podendo, de alguma forma, ter tanto efeito positivo quanto negativo.
	Densidade populacional	
	Crescimento populacional	
Recursos produtivos locais (capacidade para aumentar receitas e gerar fontes internas de recursos)	Renda <i>per capita</i>	É incerto podendo, de alguma forma, ter tanto efeito positivo quanto negativo.
	% de emprego na indústria	Esta variável melhora a condição financeira.
	Crescimento do PIB	Esta variável melhora a condição financeira.
Estrutura governamental e política dos entes da federação (formas de gestão municipal, restrições e responsabilidades locais)	Atividades de controle	É incerto podendo, de alguma forma, ter tanto efeito positivo quanto negativo.
	Fortalecimento de grupos de interesse (idosos, redução de impostos e moradia própria)	
	Transferências governamentais	

Políticas e práticas de finanças governamentais municipais (alíquota de imposto e endividamento)	Endividamento, dependência financeira e tamanho da dívida pública	Esta variável piora a condição financeira.
	Crise Fiscal	
	Medidas de carga tributária	
	% de imposto não controlado ou não cobrado	

Fonte: criado pela autora fundamentada na literatura estudada, adaptado de Lima e Diniz (2016), com base no estudo de Berne e Schramm (1986).

2.3.1 Da estrutura governamental, política e práticas financeiras dos governos municipais

A autonomia financeira do governo municipal é condição necessária para que os agentes públicos municipais consigam executar as políticas públicas locais de forma descentralizada, como um empoderamento político da sua condição de ente federativo (Santos, 2009). Desta forma, de acordo com Santos (2009) o governo municipal deixa de ser apenas um executor de políticas formuladas e financiadas pelas esferas estadual ou federal de governo, capaz de concretizar suas próprias políticas públicas e fornecer bens e serviços para os seus cidadãos.

A capacidade de um governo de promover serviços públicos adequados, cumprindo com suas obrigações presentes e de longo prazo, é definida como condição financeira (Wang; Dennis; Tu, 2007). Lima e Diniz (2016) asseguram que mantendo reservas financeiras e explorando adequadamente sua capacidade de arrecadação, o governo terá capacidade de apresentar uma boa condição financeira, e concluem que as finanças dos governos locais precisam estar preparadas para atenderem ininterruptamente as demandas por gastos públicos e as mudanças naturalmente surgidas pela sociedade.

Um dos aspectos para explicar a diferença em países desenvolvidos e em desenvolvimento é a capacidade financeira (Oliveira, 2006). Para Oliveira (2006), capacidade financeira é geralmente a razão mais direta para explicar as falhas em

planejamento nos países em desenvolvimento, por possuírem menor quantidade de recursos para serem aplicados nas diversas áreas, com isso a capacidade desses países de levar adiante políticas públicas de maneira que tenham resultados efetivos é limitada.

De acordo com Pereira (2017), diante da excessiva concentração de receitas por parte da União, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 criou a obrigatoriedade de transferências de recursos públicos para as esferas estaduais e municipais. A receita própria municipal é aquela que o município diretamente arrecada através de seus tributos, constituído pelas seguintes espécies: impostos (IPTU, ITBI e ISSQN), taxas e contribuições de melhoria (Santos; Santos, 2014).

Levando em consideração estes fatos, Pereira (2017) pesquisou sobre a crise fiscal dos municípios, sob a ótica do planejamento público municipal, e concluiu que a crise fiscal é decorrente da falta de receita, sendo necessário o devido planejamento das políticas e ações que visem uma autonomia federativa mais efetiva. O sistema de transferência constitucionais no Brasil é caracterizado por um fluxo vertical, no qual a União transfere recursos para os estados e municípios e os estados transferem aos entes municipais, sendo estes os responsáveis por disponibilizar a maior parte dos serviços prestados à população (Santos; Santos, 2014).

Visando contribuir com práticas democráticas e eficiência na gestão pública, a Federação das indústrias do estado do Rio de Janeiro (FIRJAN, 2017) desenvolveu um índice (Índice Firjan de Gestão Fiscal – IFGF) de controle social com a proposta de aperfeiçoar a gestão fiscal dos entes municipais e as decisões dos administradores públicos quanto à alocação destes recursos. Conforme FIRJAN, o IFGF é composto por cinco indicadores – Receita Própria, Gastos com Pessoal, Investimentos, Liquidez e Custo da Dívida – e permite uma leitura bastante simples: varia entre 0 e 1, sendo

que, quanto mais próximo de 1, melhor a gestão fiscal do município no exercício analisado.

Visando analisar o risco fiscal e os fatores que o afetam, Gorina, Maher e Joffe (2017) desenvolveram uma pesquisa empírica tendo a variável dependente o próprio risco fiscal, e, dentre as variáveis independentes, o indicador da estrutura da receita (percentual da receita de imposto próprio sobre o total da receita do município), controladas por fatores socioeconômicos tais como variação da receita, variação da população, variação do preço do imóvel e tamanho do governo. Estes autores concluíram que governos com autonomia financeira estão menos propensos ao risco fiscal e que a dependência de transferências ou de outras receitas externas pode tornar as cidades vulneráveis, tendo em vista que estas receitas podem não ser repassadas em caso de recessão.

As crises fiscais representam dificuldades enfrentadas pelos governos locais que afetam sua condição financeira, ocasionando redução do fornecimento de alguns serviços básicos à comunidade, assim como o desequilíbrio financeiro, patrimonial e orçamentário, que podem prejudicar a prestação de serviço aos cidadãos ao longo do tempo (Lima; Diniz, 2016). A busca pelo equilíbrio das finanças públicas foi o que deu origem à Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) (Silva, 2016).

De acordo com Tollini (2011), a edição da LRF teve a finalidade de solucionar a questão fiscal de médio e longo prazo, rompendo assim com um passado de leniência fiscal por parte dos governantes brasileiros. Conforme este autor, a promulgação da LRF institucionalizou para os três níveis de governo novas responsabilidades para o gerenciamento das finanças públicas, estabelecendo, entre as diversas regras definidas, o respeito aos limites de gastos e de endividamentos.

Diante deste contexto, com a finalidade de verificar se os resultados fiscais, alcançados pelos entes municipais, apresentaram o mesmo comportamento nas diferentes perspectivas da gestão fiscal, Cruz e Afonso (2018), investigaram a relação existente entre as variáveis de cumprimento de metas e limites fiscais (limites propostos pela LRF) e as variáveis representativas dos pilares planejamento (relação entre o previsto e o executado no orçamento, ação planejada), transparência (divulgação das informações fiscais nos pelos municípios) e controle (pareceres dos Tribunais de Contas).

Os resultados encontrados na pesquisa de Cruz e Afonso (2018), após a utilização da técnica estatística de regressão em 282 municípios brasileiros com população superior a 100 mil habitantes, pelo período de 3 anos (2010 a 2013), apontaram que existe uma integração apenas parcial entre os pilares da gestão fiscal nos municípios, concluindo que as variáveis explicativas não apresentaram capacidade de esclarecimento sobre a variável dependente. Os indicadores fiscais não apresentaram relações significativas entre si e revelaram reduzida associação com as demais variáveis representativas da gestão fiscal.

De acordo com Cruz e Afonso (2018) os mecanismos punitivos pelo não cumprimento dos limites definidos em lei incentivam os gestores a cumprirem as metas e os limites fiscais impostos, o que conseqüentemente acaba comprometendo a prestação de serviços esperada estabelecidos nos programas orçamentários previstos. Como sugestão de pesquisa, estes autores recomendaram a realização de análises específicas para examinar cada pilar da gestão fiscal individualmente. Este raciocínio está consoante com o entendimento defendido por Pereira (2017) quando observou que a LRF exige o cumprimento de requisitos de cunho fiscal que acaba

vinculando o gestor público a uma série de obrigações, com a intenção de reduzir consideravelmente a capacidade do endividamento público.

O déficit fiscal e o desequilíbrio das contas públicas foram aspectos que incentivaram a existência de pesquisas e debates relacionados à gestão fiscal (Cruz; Macedo; Sauerbronn, 2013). Em sua pesquisa, Cruz, Macedo e Sauerbronn (2013) relacionaram o nível da responsabilidade fiscal (representado pelo subíndice fiscal do Índice de Responsabilidade Fiscal, Social e de Gestão – IRFS – calculado pela Confederação Nacional de Municípios - CNM) com variáveis como nível econômico, autonomia financeira, localização e tamanho do município, no período de 2002 a 2009. Como resultado, encontraram evidências de que as variáveis de nível econômico, autonomia financeira e nível de endividamento possuem relação com o nível de responsabilidade fiscal do município.

Acreditando que a interação entre gestores e cidadãos de cada município contribui para a condição financeira do ente, Nobre (2017) analisou a relação existente entre a condição financeira e o nível de transparência fiscal. Para tanto, a autora aplicou o modelo de 10 variáveis de Brown (1993) nos municípios paraibanos no período de 2013 a 2015 (3 anos). Este estudo confirmou estatisticamente que os índices de transparência nos municípios, um dos objetivos a ser alcançado com a promulgação da LRF, é positivamente relacionada com a condição financeira municipal.

2.3.2 Atividade econômica e recursos produtivos municipais

Uma economia mais forte melhora a condição financeira e a capacidade do governo de se autofinanciar, resultando na melhoria da condição socioeconômica (Wang; Dennis; Tu, 2007).

Com o intuito de elaborar uma medida de condição financeira válida e confiável, usando as informações amplas do governo após a alteração do GASB (que alterou o modelo contábil, utilizando a partir de então regime de competência para todos registros contábeis), Wang, Dennis e Tu (2007) testaram a validade preditiva do ICF correlacionando o índice com variáveis socioeconômicas possivelmente relacionadas com a condição financeira, já garantidas em estudos anteriores, como população, PIB per capita, percentual da variação da renda per capita, taxa de crescimento populacional, variação no nível de emprego e variação da atividade econômica com a utilização de um índice específico.

Os resultados deste estudo evidenciaram que as variáveis população e renda per capita, variação do nível de emprego e o índice específico de variação econômica estão associadas ao ICF. Por fim concluem os autores que o ICF é associado com a maioria das variáveis de mudanças econômicas e que estas variáveis podem ser utilizadas para prever a situação do índice com certo nível de certeza.

Preocupado com a existência dos inúmeros modelos de avaliação de condição financeira municipal, Clark (2015) focou seu estudo na análise da validação e da confiabilidade de um índice já existente. Para tanto, o autor escolheu o modelo de índice elaborado por Wang, Dennis e Tu (2007), considerando seus indicadores e dimensões. Clark (2015) aplicou o ICF em 117 municípios de Ohio, utilizando dados financeiros públicos de 2004 a 2010, e posteriormente testou validade e a confiabilidade da medição. Para o teste de validade, Clark (2015) utilizou a técnica estatística de correlação, utilizando os seguintes fatores socioeconômicos: população da cidade (extraída do Censo), número de empregos per capita e salários per capita (extraídos do Censo Trimestral de Emprego e Salários).

Os resultados deste estudo demonstram que o ICF está significativamente associado em $p < 0,001$ com população, salários per capita e emprego per capita. O autor também estudou a relação das variáveis do ICF com o percentual de mudanças no número da população, no salário per capita e no número de empregos per capita com relação ao ano anterior. O autor concluiu pela existência de uma associação da significativa ($p < 0,1$) entre o ICF e a mudança do número de população e mudança de nível de emprego, e significativo (em $p < 0,001$) para mudanças nos salários.

Seguindo uma linha preditiva do ICF, Ritonga (2014) ao estudar a criação de um índice de avaliação da condição financeira para os governos locais na Indonésia, utilizou a técnica de análise de regressão multivariada para identificar quais fatores determinaram estas condições. Entre as variáveis independentes aplicadas por Ritonga (2014) têm-se: tamanho da população; idade da população; densidade populacional; riqueza da população; eficiência financeira (capacidade do governo de entregar bens e serviços públicos); base de receita do governo local (base de receita é medida usando o PIB, a preços correntes e PIB per capita) e custo de produção de bens e serviços. Em sua conclusão Ritonga (2014) evidenciou que tamanho da população, PIB per capita e PIB a preços correntes apresentaram ser positivamente relacionados com condição financeira.

Na Noruega, Vonen (2011) utilizou a crise financeira e a recessão econômica como justificativa para a análise da condição financeira. Em sua pesquisa, Vonen (2011) afirma que as variáveis financeiras afetam e impactam a economia real, dificultando a avaliação dos efeitos quantitativos, tendo em vista a existência de diversos fatores que podem interferir na condição financeira. Concluiu a autora, ao aplicar a técnica estatística de regressão, que existe relação positiva significativa entre condição financeira e o crescimento do PIB.

Um ICF resume as informações sobre o futuro estado da economia apresentada através dos resultados das variáveis financeiras atuais (Hatzius et al., 2010). Hatzius et al. (2010) exploraram em seu estudo o mercado financeiro através de um índice por eles proposto e fizeram a ligação entre a atividade econômica e a condição financeira, procurando compreender o poder preditivo de condição financeira para a atividade econômica futura através da variação do PIB e inflação. Por fim afirmam que a política monetária influencia a economia alterando a condição financeira que afeta o comportamento econômico, a estrutura do sistema financeiro é determinante para a troca de recursos financeiros.

A condição financeira municipal deve levar e conta fatores socioeconômico (Hendrix, 2004). Neste contexto de sistema aberto e com o objetivo de analisar as determinantes do crescimento dos municípios brasileiros Chagas e Toneto (2003) pesquisaram a convergência condicional da renda per capita para os municípios no período 1980-1991 e quais fatores foram influentes. Os resultados apontaram que são fatores socioeconômicos influentes os seguintes: especialização da atividade econômica, fatores regionais (divisão do território em macrorregiões ou em estados), capital humano (características dos trabalhadores), bem como riqueza da população e infraestrutura (montante do capital físico investido). Esses resultados sugerem que tais fatores devem ser levados em consideração na definição das estratégias locais de desenvolvimento (Chagas; Toneto, 2003).

Capítulo 3

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa teve por propósito investigar se há relação de influência dos fatores escolhidos na pesquisa (capacidade de arrecadação da receita própria, gestão fiscal e variação do PIB) na condição financeira dos municípios brasileiros, medida pelo ICF, e se tais fatores explicam a variação deste desempenho. A literatura apresentada sugere que exista relação entre estes fatores e a condição financeira.

Este estudo foi dividido em duas etapas. A primeira etapa foi a análise da condição financeira de uma amostra de 11.796 observações, compostas pelos municípios do Brasil que publicaram seus demonstrativos contábeis nos anos de 2014 a 2016. A segunda etapa foi a verificação dos fatores que estão relacionado com tal condição numa amostra de 8.024 observações, destes mesmos municípios nos anos de 2014 e 2015, observando fatores que justificam o porquê de alguns municípios apresentarem pior ou melhor condição financeira.

3.1 ANÁLISE DA CONDIÇÃO FINANCEIRA NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

3.1.1 População, amostra e variáveis

Para analisar a condição financeira municipal foram utilizados os dados do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi) disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) de 2014 a 2016, tendo

em vista a conversão da contabilidade pública aos padrões internacionais¹, aplicando-os nos 11 indicadores do modelo de ICF de Wang, Dennis e Tu (2007), conforme Tabela abaixo:

TABELA 2: INDICADORES DE CONDIÇÃO FINANCEIRA DE WANG, DENNIS E TU (2007)

Dimensões	Indicadores	Fórmula	Conceito fornecido pelos autores
Solvência de Caixa	Liquidez de Caixa (Liq.Caixa)	$(\text{Caixa} + \text{equivalentes de caixa} + \text{investimentos}) / \text{passivo circulante}$	Um valor maior nessas proporções indica que uma quantidade maior de ativos está disponível para cobrir passivos e, portanto, um nível mais alto de solvência de caixa.
	Liquidez Imediata (Liq.Imed)	$(\text{Caixa} + \text{equivalentes de caixa} + \text{contas a receber}) / \text{passivo circulante}$	
	Liquidez Corrente (Liq.Corr.)	$\text{Ativo circulante} / \text{passivo circulante}$	
Solvência Orçamentária	Eficiência Operacional (EO)	$\text{Receita total} / \text{despesa total}$	Um valor maior nessa proporção indica uma maior solvência orçamentária.
	Resultado Orçamentário per capita (ROper)	$\text{Superávit total (déficits)} / \text{População}$	
Solvência de Longo Prazo	Patrimônio Líquido X Estrutura de Capital Total (PLEstrut.)	$\text{Patrimônio líquido} / \text{Total de ativos}$	Um valor maior para o Patrimônio Líquido em relação ao Total de Ativo indica uma maior solvência de longo prazo.
	Obrigações de Longo Prazo (OLP)	$\text{Passivos de longo prazo} / \text{Total de ativos}$	
	Obrigações de Longo Prazo per capita (OLPper)	$\text{Passivos de longo prazo} / \text{População}$	Um valor maior no indicador de passivo de longo prazo ou no passivo de longo prazo per capita indica um nível mais baixo de solvência de longo prazo.
Solvência de Serviço	Receita de Impostos per capita (RIper.)	$\text{Total de imposto} / \text{População}$	Impostos per capita e receita per capita avaliam o peso dos impostos e o peso das receitas para os residentes, enquanto que despesa per capita é um indicador do custo de serviço. Portanto, um valor maior nesses indicadores revela um menor nível de solvência de serviço.
	Receita per capita (RTper.)	$\text{Receita total} / \text{População}$	
	Despesa per capita (DTper.)	$\text{Total de despesas} / \text{População}$	

Fonte: formulado pela autora, adaptação de Wang, Dennis e Tu (2007).

¹ De acordo com a Portaria STN nº 753 de 21 de dezembro de 2012 a implementação dos PCASP pelos entes da Federação será obrigatória até o término do exercício de 2014.

Os autores utilizaram 4 dimensões e 11 indicadores, que são estabelecidos e calculados individualmente, somados e então extrai-se uma média do total, composto da seguinte forma:

$$\text{ICF} = (\text{Liq.Caixa} + \text{Liq.Imed.} + \text{Liq.Corr.} + \text{EO} + \text{ROper.} + \text{PLestrut.} + \text{OLP} + 1/\text{OLPper.} + 1/\text{RIper.} + 1/\text{RTper} + 1/\text{DT.per})/11$$

Conforme explicam os autores do índice, Wang, Dennis e Tu (2007), para garantir a confiabilidade da medida ao criar o índice foi preciso inverter as variáveis que se anulariam no cálculo da média e as que precisavam representar variação direta com o conceito do índice, e fazer uma padronização dos indicadores que apresentaram desvios padrão elevados – através do cálculo do *z-score*² proposto pelos autores. O ICF é criado para medir e fazer a média do escore padronizado dos 11 indicadores. A média do índice é 0 e seu desvio padrão é 1, e de acordo com os valores o município estará acima ou abaixo da média.

Considerando que os municípios brasileiros dependem de receitas advindas de outros entes para arcar com suas despesas e que por esta razão não se pode afirmar que os cidadãos destes entes sentem o esforço medido pela solvência de serviço proposto pelo modelo de Wang, Dennis e Tu (2007) será calculado também um índice adaptado (representado pelo ICFadaptado) para a realidade dos municípios brasileiros, sem os três indicadores da dimensão nível de serviço, conforme a seguinte equação:

$$\text{ICFadaptado} = (\text{Liq.Caixa} + \text{Liq.Imed.} + \text{Liq.Corr.} + \text{EO} + \text{ROper.} + \text{PLestrut.} + \text{OLP} + 1/\text{OLPper.})/8$$

² *z scores* é assim calculado: $z = (X-M)/\sigma$, onde *z* é o valor padronizado, *X* é o valor bruto e *M* a média.

Na análise da condição financeira dos 5.570 municípios brasileiros foram verificados, de forma criteriosa, os dados contábeis que compõe a base de dados do Siconfi administrado pela STN, buscando obter um resultado confiável da condição financeira municipal. Sendo assim, para que não prejudicassem os resultados obtidos, foram excluídos do estudo os municípios que não apresentaram dados suficientes ou consistentes. Os principais motivos para a redução do número de observações da base de dados foram: Contas com saldos negativos, sem ser retificadoras (passivos e ativos); Municípios com saldo de receitas e despesas sem informações de ativos e passivos; Contas de ativos totais e totais de passivos circulante e não circulantes zerados ou com valores iguais a 1; Total do Ativo diferente do total do Passivo mais Patrimônio Líquido; Restos a Pagar processados inscritos maiores que os valores inscritos em Passivo Circulante.

Uma vez apresentada uma informação inconsistente não só ela era retirada bem como todas as informações deste município. Tal medida se balizou na preocupação de garantir credibilidade aos dados, pois a informação prejudicaria o cálculo do índice.

Do total de 5.570 municípios, apenas 5.065 municípios enviaram suas contas anuais de 2014, em 2015 foram 5.124 municípios e em 2016 o total foi de 5.351 municípios, até o presente momento (junho de 2018), totalizando 15.540 observações. A composição da amostra para esta análise, após o manuseio indispensável para o cálculo consistente do ICF, foi composta por 11.796 observações (71% de representatividade do Universo de municípios nos 3 anos de análise), conforme demonstra Tabela 3 abaixo:

TABELA 3: COMPOSIÇÃO DA AMOSTRA E SUA REPRESENTATIVIDADE EM RELAÇÃO AO NÚMERO TOTAL DE MUNICÍPIOS NO BRASIL NOS ANOS DE 2014 A 2016.

Ano	Universo de municípios	Municípios que enviaram informações ao Siconfi	Amostra**	Representatividade (%)
2014		5065	4025	72%
2015	5.570	5124	4179	75%
2016		5351	3592	65%
Total	16.710	15.540	11.796	71%

Fonte: dados extraídos do Siconfi.

** Dados considerados consistentes após a retirada dos valores zerados, negativos e infinitos

Este estudo tomou por base a despesa liquidada, posicionamento que está de acordo com as novas normas da contabilidade pública, por ser a liquidação a fase da despesa na qual o direito do credor já foi legalmente reconhecido, sendo, portanto, um compromisso líquido e certo da administração pública.

3.2 INFLUÊNCIA DOS FATORES RELACIONADOS À CONDIÇÃO FINANCEIRA

3.2.1 Amostra

A amostra para esta análise do estudo é composta pelo conjunto de dados de corte transversal de 4.025 municípios brasileiros que enviaram as demonstrações contábeis consistentes em 2014 e pelos 4.179 municípios que enviaram as demonstrações contábeis consistentes em 2015, totalizando 8.204 observações, conforme Tabela 3. O período de análise foi 2014 a 2015 tendo em vista ser este o último ano base de publicação do PIB de todos os municípios pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

3.2.2 Modelos econométricos e variáveis

Com a intenção de analisar os fatores relacionados à condição financeira municipal (ICF) e à capacidade destes na sua predição foi utilizado o modelo econométrico de regressão linear. A análise de regressão é a busca por estimativas ou previsão do valor médio de uma variável com base nos valores fixos de outras variáveis (Gujarati; Porter, 2011).

Os coeficientes de interesse (β_1 a β_4) foram estimados com o método de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO). Visando responder à questão de pesquisa deste estudo e suas respectivas hipóteses, tem-se a seguinte equação:

$$\text{ICF} = \beta_0 + \beta_1 \text{recproprialog}_{it} + \beta_2 \text{varPIB}_{it} + \beta_3 \text{IFGF}_{it} + \beta_4 \text{Popanolog}_{it} + \beta_5 \text{Denslog}_{it} + \varepsilon_{it}$$

Como variável dependente tem-se o ICF calculado conforme item 3.1, as variáveis independentes deste estudo são as seguintes:

- Para capacidade de arrecadação própria:

a) Receita Própria municipal: variável que tem como referência a capacidade de arrecadação municipal conforme a Constituição Federal e o Código Tributário Nacional. A variável é dada por: $\text{recpropria}_{it} = \text{IPTU} + \text{ITBI} + \text{ISSQN} + \text{Taxas} + \text{Contribuição de Melhorias} + \text{COSIP}$ arrecadadas no ano. Esta variável foi calculada na regressão em sua forma logarítmica ($\text{recproprialog}_{it}$).

- Para Atividade Econômica:

a) Variação do PIB municipal: esta variável tem como referência a literatura: Vonen (2011) utiliza a variação do PIB como medida para analisar a variação da atividade econômica. A variável é dada por: varPIB_{it} (PIB corrente ano - PIB corrente

ano anterior) / PIB corrente ano anterior (corrigido pelo Índice de Preços ao Consumidor – IPCA).

- Para Gestão fiscal:

a) IFGF: esta variável tem como referência o Relatório Anual da FIRJAN. O IFGF tem uma leitura simples: varia entre 0 e 1, significando que, quanto mais próximo de 1, melhor a gestão fiscal municipal no período observado. A variável é dada por:

IFGF_{it}

As variáveis de controle utilizadas são as variáveis já estudadas em pesquisa anteriores como (Ritonga, 2014; Vonen, 2011 e Gorina; Maher; Joffe, 2017):

- a) Tamanho da população: esta variável tem como referência o nº de habitantes de acordo com o IBGE. Esta variável foi calculada na regressão em sua forma logarítmica. A variável é dada por: **Popanolog_{it}**
- b) Densidade populacional: esta variável tem como referência o nº de habitantes por área territorial do município, conforme os dados divulgados pelo IBGE. Esta variável foi calculada na regressão em sua forma logarítmica. A variável é dada por: **Denslog_{it}** = nº de população / km²

Com o objetivo de analisar se tais fatores são determinantes para o ICFadaptado foi calculado um modelo de regressão com as mesmas variáveis independentes em relação a este índice adaptado.

3.2.3 Hipóteses

Supõe-se que a receita própria do município seja positivamente relacionada com a condição financeira municipal, tendo em vista que há afirmações na literatura (Gorina; Maher; Joffe, 2017) de que governos com capacidade de arrecadação própria

estão menos propensos ao risco fiscal, tendo em vista que a receitas advindas de transferências ou outras receitas externas podem não ser repassadas em caso de recessão, concluindo que dependência financeira prejudica a condição financeira local. Desta forma, foi testada a seguinte hipótese alternativa:

H1: A capacidade de arrecadação da receita própria dos municípios está relacionada positivamente com a condição financeira dos municípios brasileiros.

Supõe-se que a variação do PIB está diretamente relacionada a condição financeira do município, tendo em vista que Wang, Dennis e Tu (2007) evidenciaram que o índice específico americano que mede a variação econômica utilizado pelos autores está positivamente associado ao ICF, bem como, por estes autores afirmarem que uma economia forte melhora a condição financeira e conseqüentemente a capacidade do governo de se auto financiar. Ademais, Vonen (2011), em sua conclusão, afirma que existe relação positiva significativa entre condição financeira e o crescimento do PIB. Levando em consideração estas afirmações, foi testada a seguinte hipótese alternativa:

H2: A variação do PIB está positivamente relacionada com a condição financeira dos municípios brasileiros.

Visando testar se a gestão fiscal dos municípios está relacionada com a sua condição financeira (medida pelo ICF), foi utilizado para esta análise o IFGF. Conforme Pereira (2017), a LRF impõe compromissos fiscais que acabam vinculando o gestor público a uma séria de obrigações, com a intenção de reduzir consideravelmente a capacidade do endividamento público. Com relação ao déficit fiscal e ao desequilíbrio das contas públicas, Cruz, Macedo e Sauerbronn (2013)

concluíram que nível econômico, autonomia financeira e nível de endividamento possuem relação com o nível de responsabilidade fiscal do município. Ademais, Nobre (2017) afirmou que a transparência na gestão municipal tem relação positiva com a sua condição financeira

Desta forma, supõe-se que o IFGF esteja diretamente relacionado com a condição financeira dos municípios brasileiros, tendo em vista que, de acordo com Cruz e Afonso (2018), os mecanismos punitivos pelo não cumprimento dos limites definidos em lei incentivam os gestores a cumprirem as metas e os limites fiscais, o que conseqüentemente afeta a execução dos programas orçamentários previstos e dos gastos em funções de governo. Para verificar a confiabilidade destas afirmações, foi testada a seguinte hipótese alternativa:

H3: O IFGF está diretamente relacionado com a condição financeira dos municípios brasileiros.

Capítulo 4

4. RESULTADOS

4.1 ANÁLISE DA CONDIÇÃO FINANCEIRA MUNICIPAL

A condição financeira dos municípios brasileiros nos anos de 2014 a 2016, calculada com o emprego do modelo de Wang, Dennis e Tu (2007), composto por 11 indicadores (Tabela 2) e com a utilização dos dados contábeis disponíveis pela STN, é revelada pelo indicador ICF. A estatística descritiva demonstra os resultados da média, do valor mínimo e máximo para cada indicador que compõe este índice, bem como da divisão da distribuição dos valores ordenados em quatro partes iguais, em quartis (p25, p50 e p75), conforme Tabela abaixo:

TABELA 4: ESTATÍSTICA DESCRITIVA DOS 11 INDICADORES APLICADOS NA AMOSTRA DE 11.796 OBSERVAÇÕES – emR\$

Indicador	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo	p25	p50	p75
Liquidez de Caixa	11,52	92,73	0,00	5.466,41	0,7044	1,7799	5,6348
Liquidez Imediata	14,67	113,22	0,00	5.507,36	1,0220	2,4591	7,4642
Liquidez Corrente	14,69	113,45	0,01	5.550,08	1,0295	2,4687	7,4781
Eficiência Operacional	1,15	0,30	0,01	19,07	1,0836	1,1395	1,2029
Resultado Orçamentário per capita	844,50	10.687,38	82.538,52	1.067.054,00	154,11	316,21	617,31
Patrimônio Líquido x estrutura de capital total	0,37	1,07	-22,46	1,00	0,29	0,6344	0,8435
Obrigações de Longo Prazo	95,61	1.434,14	0,04	131.837,00	1,90	4,3172	16,5867
Obrigações de Longo Prazo per capita	11.696,94	949.240,46	0,012	103.069.902,91	119,27	458,40	1.430,95
Receita Tributária per capita	967,75	38.122,07	0,004	4.098.776,47	54,26	121,13	253,47
Receita per capita	10.576,44	298.460,53	2,956	32.133.434,58	1.907,38	2.766,11	4.725,54
Despesa per capita	8.269,33	287.847,02	2,486	31.066.381,11	1.791,54	2.354,31	3.498,56

Fonte: informações extraídas dos demonstrativos contábeis divulgadas pela STN.

Obs.: valores estão evidenciados na sua forma bruta, sem inversão das variáveis e cálculo do z-score.

TABELA 5: ESTATÍSTICA DESCRITIVA DO ICF APLICADOS NA AMOSTRA DE 11.797 OBSERVAÇÕES

Indicador	Ano	Num. Obs.	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo	p25	p50	p75
ICF	2014	4025	-0.01	0.39	-0.85	1.62	-0.29	-0.14	0.24
	2015	4179	-0.10	0.33	-0.67	1.24	-0.29	-0.21	-0.04
	2016	3592	0.01	0.38	-0.60	1.39	-0.25	-0.14	0.13
ICFadaptado	2014	4025	-0.02	0.55	-1.14	2.26	-0.42	-0.19	0.33
	2015	4179	-0.14	0.46	-0.96	1.90	-0.44	-0.30	-0.01
	2016	3592	0.02	0.53	-0.85	1.85	-0.36	-0.16	0.21

Fonte: Informações extraídas dos demonstrativos contábeis divulgadas pela STN.

Obs.: O ICF foi calculado considerando a inversão de indicadores, a padronização e ou outliers excluídos, conforme metodologia de Wang, Dennis e Tu (2007).

Conforme podemos verificar na Tabela 5, a condição financeira dos municípios brasileiros (11.796 observações) melhorou ao longo dos três anos analisados nesta pesquisa, apresentando uma piora em 2015, tanto para o ICF do modelo original quanto para o ICF adaptado. Em 2014 a média do ICF foi de -0,01, em 2015 passou a ser -0,10 e alcançou em 2016 a média 0,01, destaca-se que a média de desempenho foi positiva neste último. A evolução do ICFadaptado foi semelhante ao apresentar uma melhora ao longo dos três períodos, com uma queda em 2015. Verifica-se também que há uma grande diferença entre os municípios brasileiros com relação à condição financeira, considerando o valor do desvio padrão e a diferença entre os valores máximos e mínimos, havendo desempenhos negativos e positivos.

Com os resultados das médias negativas em 2014 e 2015 é possível afirmar que a maioria dos municípios estavam com dificuldade de arcar com suas despesas, obrigações e prestação de serviços públicos presentes sem comprometer suas receitas, despesas, obrigações, prestação de serviços públicos e situação financeira futura, conforme o conceito utilizado na pesquisa. Este resultado melhorou no ano de 2016 ao considerar que a média dos índices (ICF e ICFadaptado) apresentou ser positiva.

O estudo mostra que, tanto para o ICF quanto ICFadaptado, enquanto os municípios parecem ser fortes em Solvência de Caixa as outras dimensões de Solvência variam muito, esta afirmação está de acordo com o encontrado por Wang, Dennis e Tu (2007).

As Tabelas 8 e 9 do Apêndice A representam os 50 municípios com melhores desempenhos no ranking do ICF e ICFadaptado de 2014 a 2016. Observou-se que nas duas Tabelas, dos 50 municípios que apresentaram melhores desempenhos em 2014, a maioria pertenceu aos estados do Rio Grande do Sul (RS), Paraná (PR) e Goiás (GO). Em 2015, a maioria dos municípios com melhores desempenhos pertenciam aos estados do Rio Grande do Sul (RS), Paraná (PR), Mato Grosso (MT) e Santa Catarina (SC). Em 2016 a distribuição apresentou ser mais heterogênea para ambas as Tabelas, entre os 50 melhores a frequência se concentrou entre os municípios dos estados de Minas Gerais (MG), Mato Grosso (MT), Rio Grande do Sul (RS), Mato Grosso do Sul (MS) e Paraná (PR).

Quando analisados estes municípios (50 melhores municípios em condição financeira nos anos de 2014 a 2016) percebe-se que mais da metade possuem um número pequeno de população, até 10.000 habitantes, estando de acordo com o estudo de Wang, Dennis e Tu (2007) no qual é afirmado que a população influencia o índice negativamente, pois quanto maior a população, maior a tendência do Ente ter mais despesas com prestação de serviços públicos. Logo, esses municípios terão maior dificuldade em gerar adequadamente as receitas para cobrir suas despesas, com tendência a ter um ICF mais baixo.

4.2 FATORES RELACIONADOS À CONDIÇÃO FINANCEIRA – ANÁLISE EMPÍRICA

A utilização da análise de regressão permitiu verificar a relação de dependência da variável dependente (ICF) em relação às múltiplas variáveis independentes utilizadas na pesquisa no ano de 2014 a 2015, visando explicar se a capacidade de arrecadação, a gestão fiscal e a variação do PIB municipal influenciam na condição financeira. A Tabela abaixo demonstra a estatística descritiva da amostra, que descreve e resume os dados utilizados para a regressão.

TABELA 6: ESTATÍSTICA DESCRITIVA DA AMOSTRA PARA A REGRESSÃO

Variável	Obs	Média	Desvio Padrão	Mín.	Máximo	p25	p50	p75
ICF	8204	-0,05	0,37	-0,85	1,62	-0,29	-0,19	0,07
ICFadaptado	8204	-0,08	0,50	-1,14	2,25	0,43	-0,25	0,11
recpropria _{it}	8203	22.440.764	361.711.407	0,00	21.781.463.192	404.179	1.133.604	4.205.689
recproprialog _{it}	8198	14,22	1,84	7,37	23,80	12,91	13,94	15,25
varPIB _{it+1}	8203	0,005	0,65	-0,64	56,87	-0,07	-0,01	0,04
ifgf _{it}	7895	0,46	0,14	0,05	0,96	0,36	0,46	0,56
popano _{it}	8204	41.017	244.319	822	11.967.825	5.822	12.415	26.487
Poplog _{it}	8204	9,54	1,18	6,71	16,30	8,67	9,43	10,18
Dens _{it}	8204	129,38	640,93	0,09	13.420	12,68	26,85	61,39
Denslog _{it}	8204	3,35	1,46	-2,39	9,50	2,54	3,29	4,12

Fonte: Elaborada pela autora com dados do IBGE, IEGM e SICONFI

Obs₁: as variáveis $recpropria_{it}$, $popano_{it}$ e $Dens_{it}$ foram logaritimizadas ($recproprialog_{it}$, $popanolog_{it}$ e $Denslog_{it}$), e ao efetuar a função “Log” na receita própria ($recpropria_{it}$) o número de observações reduziu tendo em vista as arrecadações zeradas.

A Tabela 7 apresenta os resultados da regressão que analisou a relação de dependência do ICF com relação às variáveis de autonomia financeira. Na referida Tabela estão evidenciados os quatro modelos de regressão gerados. Os Modelos de 1 a 3 foram gerados sem a utilização das variáveis de controle, já no Modelo 4 as variáveis independentes foram controladas pelas variáveis mencionadas na metodologia. O Modelo 5 representa a regressão das variáveis independentes com relação ao ICFadaptado.

TABELA 7: RESULTADOS DA REGRESSÃO DO ICF E FATORES DETERMINANTES

Variável Dependente: ICF	Coefficiente Esperado	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4	Modelo 5
recproprialog _{it}	H1: +	-0,009*** 0,00			0,025*** 0,00	0,032*** 0,00
varPIB _{it+1}	H2: +		0,002 0,00		0,063** 0,02	0,087** 0,02
IFGF _{it}	H3: +			0,967*** 0,03	0,936*** 0,03	1,299*** 0,04
popanolog _{it}	-				-0,110*** 0,00	-0,156*** 0,00
Denslog _{it}	+/-				0,006* 0,00	-0,011**
Constante		0,074*** 0,03	-0,052*** 0,00	-0,492*** 0,01	0,236*** 0,03	0,392*** 0,04
Amostra		8.198	8.203	7.895	7.888	7.888
Estatística F		16,29	0,14	1336,35	448,15	462,48
Significância		0,0001	0,7078	0,0000	0,0000	0,0000
R ²		0,0020	0,0000	0,1448	0,2214	0,2268
R ² ajustado		0,0019	-0,0001	0,1447	0,2209	0,2263

Fonte: elaborado pela autora com a utilização do software estatístico STATA com as informações publicadas nos demonstrativos disponíveis no site da Secretaria do Tesouro Nacional (STN – Finbra) e publicações do IBGE.

Obs₁: ***, ** e *, representam o grau de significância à 1%, 5% e 10%, respectivamente.

Obs₂: os sinais de predição das variáveis variação populacional e variação da receita estão fundamentados de acordo com os estudos de Ritonga (2014) Gorina, Maher e Joffe (2017) e densidade demográfica (Dens) foi fundamentada em Ritonga (2014) e Lima e Diniz (2016).

Com base nos resultados do Modelo 4 é possível afirmar de forma estatisticamente significativa (α a 1%) que as variáveis independentes são relacionadas ao ICF e que explicam 22,14% do desempenho ($R^2 = 0,2214$), numa amostra de 7.888 observações, controladas pelo número de população e pela densidade demográfica municipal. Verifica-se também que todas as variáveis

independentes tiveram coeficientes positivos, assinalando que quanto maior for a capacidade de arrecadação própria, a gestão fiscal e a variação do PIB, melhor será o ICF. Da mesma forma pode-se constatar que, conforme o Modelo 5, o ICF adaptado, índice a ser utilizado para a realidade da contabilidade pública brasileira, também tem relação estatisticamente significativa (α a 1%) com as variáveis independentes do estudo.

Com relação à hipótese 1 (H1), com base nos resultados das regressões dos Modelo 4, constatou-se que a capacidade de arrecadação medida pela receita própria foi estatisticamente significativa (α a 1%) para a condição financeira municipal, medida pelo ICF. Evidenciando assim que, quanto maior a capacidade do município em arrecadar suas próprias receitas, melhor será a sua condição financeira, tendo em vista o coeficiente ser positivo, exatamente como o esperado, de acordo com a literatura.

O Modelo 1 evidencia que a capacidade de arrecadação da receita própria sem considerar o contexto do município é também estatisticamente significativa ($p > 0,001$) e determinante para a condição financeira, porém é baixo seu poder explicativo R^2 (0,0020), e o sinal do coeficiente é negativo. Este fato contextual demonstra que, embora a receita própria seja uma fonte de recurso importante para evitar a crise fiscal, municípios com melhores condições financeiras nem sempre são os que possuem a melhor capacidade de arrecadação própria e que esta variável não tem poder preditivo se estudada isoladamente.

Sendo assim, admite-se que existem evidências estatísticas suficientes para rejeitar a hipótese nula ao nível de 0,01 e aceitar a hipótese alternativa 1 (H1) conforme modelo de regressão linear proposto nesta pesquisa. Logo, é possível afirmar estatisticamente que a receita própria dos municípios brasileiros está

relacionada positivamente com a condição financeira dos municípios brasileiros, necessitando levar em consideração o contexto como população e densidade demográfica.

Tal resultado está de acordo com a conclusão do estudo de Gorina, Maher e Joffe (2017), ao evidenciar que governos com capacidade de arrecadação própria estão menos propensos ao risco fiscal, tendo em vista que as receitas advindas de transferências ou outras receitas externas podem não ser repassadas em caso de recessão. Neste sentido corrobora o estudo de Pereira (2017), no qual concluiu que a dificuldade dos municípios em arrecadar seus impostos e recursos próprios poderiam ser fatores determinantes na crise fiscal destes entes.

Com relação à hipótese 2 (H2), com base nos resultados da regressão do Modelo 4, constatou-se que a variação do PIB foi estatisticamente significativa (α a 5%) para a condição financeira municipal, medida pelo ICF. Pelo sinal do coeficiente verifica-se que quanto maior a variação do PIB corrente, melhor será a condição financeira. Sendo assim, admite-se que existe evidências estatísticas suficientes para rejeitar a hipótese nula ao nível de 0,01 da hipótese 2 desta pesquisa.

Logo, é possível afirmar que o crescimento econômico, medido pela variação do PIB corrente, conforme conceitos desta pesquisa, está positivamente relacionada com a condição financeira dos municípios, aceitando as hipóteses 2 desta pesquisa (H2). Este resultado está em conformidade com os estudos de Vonen (2011) e de Ritonga (2014) os quais evidenciaram a existência de relação positiva significativa entre condição financeira e o crescimento do PIB.

O Modelo 2 evidencia que a variação do PIB sem considerar o contexto do município não é estatisticamente significativa para a condição financeira municipal

quando dados socioeconômicos como o número da população local e a densidade da demográfica não forem levados em consideração, pois a variação do PIB isoladamente não apresentou ter poder preditivo.

Com relação à hipótese 3 (H3), com base nos resultados das regressões, Modelos 3 e 4, constatou-se que o IFGF foi estatisticamente significativo (α a 1%) para a condição financeira municipal, medida pelo ICF. Pelo sinal do coeficiente verifica-se que quanto melhor a gestão fiscal, melhor será sua condição financeira. Sendo assim, admite-se que existem evidências estatísticas suficientes para rejeitar a hipótese nula ao nível de 0,01 para as duas variáveis. Logo, é possível afirmar que a gestão fiscal medida pelo IFGF está positivamente relacionada com a condição financeira dos municípios brasileiros, aceitando as hipóteses 3 desta pesquisa (H3).

Este resultado está de acordo com a literatura. Nobre (2017) concluiu que a transparência da gestão municipal tem relação positiva com a sua condição financeira. Quanto maior o compromisso de cumprir as obrigações da LRF, maior a chance de reduzir o endividamento público, assegurou Pereira (2017). A obrigação e os mecanismos punitivos pelo não cumprimento dos limites definidos em lei incentivam os gestores a cumprirem as metas e os limites fiscais, o que conseqüentemente afeta a execução dos programas orçamentários previstos e dos gastos governamentais, em busca do equilíbrio financeiro, de acordo com Cruz, Macedo e Sauerbronn (2013). A LRF surge com o a intenção de equilibrar as finanças públicas (Tollini, 2011).

As variáveis de controle apresentaram estar estatisticamente relacionadas ao ICF e ao ICFadaptado, conforme evidenciado pela literatura (Ritonga, 2014; Gorina, Maher e Joffe, 2017; Lima e Diniz, 2016). Por fim, para a regressão foram realizados os testes necessários para verificação da multicolinearidade, heterocedasticidade e

autocorreção. A análise descritiva e o teste de multicolinearidade apresentaram evidências significativas para rejeitar problemas de multicolinearidade das variáveis.

Capítulo 5

5. CONCLUSÃO

O propósito desta pesquisa foi de verificar a condição financeira dos municípios brasileiros e identificar a relevância dos fatores capazes de influenciá-la. Para tanto, foi aplicado um ICF - testado como válido e confiável pela literatura internacional - nos municípios do Brasil e testadas as hipóteses de que a capacidade de arrecadação própria, variação do PIB e gestão fiscal são influentes na condição financeira municipal. Estas hipóteses foram fundamentadas na literatura existente consultada durante o período da pesquisa.

Os resultados indicaram existir ampla distinção da condição financeira entre os municípios brasileiros num determinado período. Também se observou que, no período analisado, certos estados da federação concentraram os melhores desempenhos municipais. Os resultados da pesquisa empírica evidenciaram que o índice é válido também para a análise nos municípios brasileiros, e que a capacidade de arrecadação própria, a variação do PIB e a gestão fiscal influenciam a condição financeira municipal de forma positiva, conforme o esperado pela fundamentação teórica: quanto melhor estes fatores, melhor será o índice de condição financeira.

Os resultados estão de acordo com a fundamentação teórica e corroboram com o entendimento de que o agente público municipal para conseguir executar as suas políticas públicas - afirmando sua condição de ente federativo, necessita manter reservas financeiras e explorar adequadamente sua capacidade de arrecadação, deixando de ser apenas um executor de políticas formuladas e financiadas pelas esferas estadual ou federal de governo, passando a ser capaz de concretizar suas

próprias políticas públicas e de fornecer bens e serviços aos seus cidadãos (Santos, 2009; Lima; Diniz, 2016).

As evidências da pesquisa sugerem que o risco fiscal é um fator que pode inviabilizar a execução dos serviços públicos (Gorina; Maher; Joffe, 2017) e que a LRF pode ser uma ferramenta de gestão fiscal capaz de melhorar a condição financeira, pois vincula o gestor público a uma série de obrigações com a intenção de reduzir consideravelmente a capacidade do endividamento público (Cruz; Macedo; Sauerbronn, 2013 e Pereira, 2017). Ademais, os resultados estão alinhados com os de Vonen (2011) e Ritonga (2014) quanto à variação da atividade econômica medida pelo PIB e a afirmação de Lima e Diniz (2016) de que os recursos de produção da comunidade são capazes de melhorar a condição financeira municipal.

O estudo tem suas limitações reconhecidas na inconsistência das informações contábeis apresentadas pelos municípios, pela crise financeira enfrentada no país no período de análise, pela ausência de prestações de contas por alguns entes municipais e pela recente adesão obrigatória do setor público às normas da contabilidade internacional. Não obstante tais limitações, os achados desta pesquisa contribuem com a literatura contábil aplicada ao setor público, visto que, de forma crítica, discute-se a importância de planejamento público focado em ações que tenham por objetivo aumentar a arrecadação da receita própria dos entes municipais, bem como incentivar a atividade econômica local e o cumprimento das normas em busca de uma gestão fiscal comprometida. Com a conclusão desta pesquisa, têm-se a apresentação de uma ferramenta de gestão prática e abrangente para a contabilidade pública brasileira.

Com o intuito de dar continuidade e de ampliar o processo investigativo sobre a condição financeira municipal sugere-se que novos estudos sejam realizados

analisando se de fato a condição financeira garante a prestação de serviço público aos cidadãos, bem como analisar um possível aprimoramento do índice para que seja mais adequado com a realidade contábil municipal brasileira.

REFERENCIAS

- BRASIL. (2012). Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional (STN). *Portaria nº 753, de 21 de dezembro de 2012*. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/downloads/transparencia/portaria_stn_753.pdf>. Acesso em: 15/03/2018
- _____. (2000). *Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000* - Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília-DF, 05 de maio de 2000.
- _____. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988*. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília-DF, 05 de outubro de 1988.
- _____. (1966). *Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966*. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Brasília, DF, 1966.
- _____. (1964). *Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964*. Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, Estados, Municípios e do Distrito Federal. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília-DF, 23 de março de 1964.
- _____. (s.d.). Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional (STN). *Sobre Prefeituras e Governos Estaduais*. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/contas-anuais>>. Acesso em: 15/02/2017.
- BRONNER, Kevin M. (2016). The New York State Fiscal Stress Monitoring System for local governments. Albany Research. In: *Public Administration (ARPA)*, 1. Albany, New York. Disponível em: <http://www.albanyrpa.com/uploads/8/4/1/1/84110246/arpa_study_2016-1.pdf>. Acesso em: 28/08/2018.
- BROWN, Ken W. (1993). The 10-point test of financial condition: Toward an easy-to-use assessment tool for smaller cities. *Government Finance Review*, 9, p. 21.
- CHAGAS, André Luís Squarize; TONETO Jr., Rudinei. (2003). *Fatores determinantes do crescimento local: evidências a partir de dados dos municípios brasileiros para o período 1980-1991*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).
- CLARK, Benjamin Y. (2015). Evaluating the validity and reliability of the financial condition index for local governments. *Public Budgeting & Finance*, 35(2), p. 66-88.

- CRUZ, Claudia Ferreira da; MACEDO, Marcelo Álvaro da Silva; SAUERBRONN, Fernanda Figueiras. (2013). Responsabilidade fiscal de grandes municípios brasileiros: uma análise de suas características. *Revista de Administração Pública*, 47 (6), p. 1375-1400.
- CRUZ, Cláudia Ferreira da; AFONSO, Luís Eduardo. (2018). Gestão fiscal e pilares da Lei de Responsabilidade Fiscal: evidências em grandes municípios. *Revista de Administração Pública*, 52 (1), p. 126-148.
- DENNIS, Lynda. (2004). *Determinantsof financial condition: A studyof US cities*. Tese de Doutorado, Universidade Central da Florida, Orlando.
- DINIZ, Josedilton Alves; MACEDO, Marcelo Alvaro da Silva; CORRAR, Luiz João. (2012). Mensuração da eficiência financeira municipal no Brasil e sua relação com os gastos nas funções de governo. *Gestão & Regionalidade*, 28 (83).
- EPSTEIN, Paul *et al.* (2005). *Government service efforts and accomplishments performance reports: A guide to understanding*. Norwalk, CT: Governmental Accounting Standards Board.
- FIRJAN - Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. (2017). *IFGF 2017 – Índice Firjan de Gestão Fiscal: Ano base 2016 – Recorte Municipal, Abrangência Nacional*. Rio de Janeiro.
- FUCAPE. (2018) *Normas para apresentação de trabalhos acadêmicos*. Rio de Janeiro. Disponível em:<http://www.fucape.br/_public/downloads/normas_fucape_rj.pdf>. Acesso em: 01/08/2018.
- GORINA, Evgenia; MAHER, Craig; JOFFE, Marc. (2017). Local Fiscal Distress: Measurement and Prediction. *Public Budgeting & Finance*.
- GRIESEL Janet; LEATHERMAN John. (s.d.). *Guide to indicators of financial condition* Disponível em: <http://www.ksuolg.info/assets/docs/Guide_to_Fiscal_Indicators.pdf>. Acessado em: 03/11/2017.
- GROVES, Sanford M.; GODSEY, W. Maureen; SHULMAN, Martha A. (1981). Financial indicators for local government. *Public Budgeting & Finance*, 1(2), p. 5-19.
- GUJARATI, Damodar N.; PORTER, Dawn C. (2011). *Econometria Básica*. 5.ed.Porto Alegre: Amgh.
- HATZIUS, Jan; HOOPER, Peter; MISHKIN, Frederic S.; SCHOENHOLTZ, Kermit L.; WATSON, Marrk W. (2010). *Financial conditions indexes: A fresh look after the financial crisis*. National Bureau of Economic Research.

- HENDRICK, Rebecca. (2004). Assessing and measuring the fiscal health of local governments: Focus on Chicago suburban municipalities. *Urban Affairs Review*, 40(1), p. 78-114.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2017). *Contas Nacionais*, (41). *Produto interno bruto dos municípios*. Rio de Janeiro, RJ.
- LIMA, Severino Cesário de; DINIZ, Josedilton Alves. (2016). *Contabilidade Pública Análise Financeira governamental*. São Paulo: Atlas.
- NOBRE, Carla Janaina Ferreira. (2017). *A condição financeira governamental e sua influência na transparência da gestão pública municipal*. Dissertação apresentada no programa de pós-graduação em ciências contábeis da Universidade Federal da Paraíba. Disponível em:<<http://www.ccsa.ufpb.br/ppgcc/contents/dissertacoes/dissertacao-carla.pdf/view>>. Acesso em: 13/12/2017
- OLIVEIRA, José Antônio Puppim de. (2006). Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas. *Revista de Administração Pública-RAP*, 40(2).
- PEREIRA, Tadeu Vaz Pinto. (2017). A eterna crise fiscal dos municípios: da queda da receita e a falta de planejamento público. In: *VII Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional: território, redes e desenvolvimento regional*. Disponível em: <<http://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/article/view/16870>>. Acesso em: 12/08/2018.
- RITONGA, IrwanTaufiq; CLARK, Colin; WICKREMASINGHE, Guneratne. (2012). Assessing financial condition of local government in Indonesia: an exploration. *Public and Municipal Finance*, 1(2), p. 37-50.
- RITONGA, IrwanTaufiq. (2014). *Modelling local government financial conditions in Indonesia*. Tese de Doutorado. Victoria University.
- RIVENBARK, William C.; ROENIGK, Dale J.; ALLISON, Gregory S. (2010). Conceptualizing financial condition in local government. *Journal of Public Budgeting, Accounting & Financial Management*, 22(2), p. 149.
- RIVENBARK, William C.; ROENIGK, Dale J. (2011). Implementation of financial condition analysis in local government. *Public Administration Quarterly*, p. 241-267.
- SANTOS, Ângela Moulin S. Penalva. (2009). Desenvolvimento local e autonomia financeira dos municípios. *Revista de Economia Mackenzie*, 7(2).
- SANTOS, Karla Gabriele Bahia dos; SANTOS, Carlos Eduardo Ribeiro. (2014). Dependência Municipal das Transferências do Fundo de Participação dos Municípios: uma análise para os municípios do Sul da Bahia entre 2008 e 2012. *Anais da IV Semana do Economista*, 7.

- SILVA, Maurício Corrêa; DA SILVA, José Dionísio Gomes; BORGES, Erivan Ferreira. (2015). Análises de componentes principais para elaborar índices de desempenho no setor público. *Rev. Bras. Biom*, 33(3), p. 291-309.
- SILVA, Maurício Corrêa da. (2016). *Avaliação de desempenho de governos municipais brasileiros na execução orçamentária da despesa por funções de governo*. Tese de Doutorado em Ciências Contábeis - Programa Multi-Institucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.
- TOLLINI, Hélio Martins. (2016). Repensando a gestão das Finanças Públicas no Brasil. In: SALTO, Felipe; ALMEIDA, Menusetto. *Finanças Públicas da contabilidade criativa ao resgate da credibilidade*. Rio de Janeiro: Editora Record, p. 115-150.
- VONEN, Nikka Husom. (2011). *A financial conditions index for Norway*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Oslo, Noruega.
- WANG, Xiaohu; DENNIS, Lynda; TU, Yuan Sen Jeff. (2007). Measuring financial condition: A study of US states. *Public Budgeting & Finance*, 27(2), p. 1-21.
- Zafra Gómez, J.L., López Hernández, A.M. and Hernández Bastida, A. (2009). Developing a Model to Measure Financial Condition in Local Government. *The American Review of Public Administration*, 39(4), p. 425-449.

APÊNDICES

APÊNDICE A – TABELAS DE RESULTADOS DA PESQUISA

TABELA 1: CONSOLIDAÇÃO DOS CONCEITOS DE CONDIÇÃO FINANCEIRA

Autor	Conceito de Condição Financeira
Groves, Godsey e Shulman (1981)	<ul style="list-style-type: none"> - Capacidade do governo em gerar caixa ou liquidez suficiente para pagar suas contas, sendo, portanto, “solvência de Caixa”. - Habilidade de gerar receita no período orçamentário para cobrir as despesas e sem causar <i>déficit</i>, “solvência orçamentária”. - Habilidade do governo pagar todos os compromissos no longo prazo, sejam despesas com obrigações normais anuais ou aquelas que são de anos mais específicos, sendo esta uma dimensão de Longo Prazo (“Solvência Longo Prazo”). - Capacidade do governo de providenciar um certo nível de serviço público que atende à demanda da população com qualidade, a esta dimensão chamou de “solvência de nível de serviço”.
Governmental Accounting Standards Board – GASB (1997)	<ul style="list-style-type: none"> - Capacidade do governo em providenciar a prestação de serviços e cumprir com suas obrigações futuras.
Hendrick (2004)	<ul style="list-style-type: none"> - Capacidade do governo de cumprir suas obrigações financeiras e de serviço.
Wang, Dennis e Tu (2007)	<ul style="list-style-type: none"> - Capacidade de uma organização atender às suas obrigações financeiras em tempo hábil, tendo em vista que durante o processo de fornecimento de bens e serviços, uma organização incorre em obrigações financeiras sob a forma de despesas ou dívidas. - Quatro dimensões associadas ao conceito de condição financeira: solvência de Caixa, solvência orçamentária, solvência de Longo Prazo e solvência de Serviço.
Riverbark, Roenigk e Allison (2010)	<ul style="list-style-type: none"> - Capacidade do governo de financiar seus serviços de forma contínua, incluindo a capacidade do governo de manter níveis de serviço existentes, suportar riscos sistemáticos e não sistemáticos, atendendo às demandas de mudanças naturais ao longo do tempo.
Vonen (2011), Hatzius, Hooper, Mishkin, Schoenholtz e Watson (2010)	<ul style="list-style-type: none"> - O estado atual das variáveis financeiras que influenciam no comportamento econômico e o futuro estado da economia.
Ritonga, Clark e Wickremasinghe (2012)	<ul style="list-style-type: none"> - Capacidade do governo local de cumprir inteiramente suas as obrigações financeiras de forma tempestiva, alcançando assim seu principal objetivo: fornecer bens e serviços aos seus cidadãos.

Ritonga (2014)	- Capacidade de um governo para cumprir suas obrigações (obrigações de curto prazo, obrigações de longo prazo, obrigações operacionais e obrigações de prestação de serviços ao público), antecipar eventos inesperados e executar direitos financeiros de forma eficiente e eficaz.
Lima e Diniz (2016)	- Probabilidade de que um governo satisfaça suas obrigações financeiras para com credores, consumidores, empregados, contribuintes, fornecedores, cidadãos, dentre outros, tão logo elas sejam reclamadas, bem como a obrigação de prestar serviços a seus cidadãos, tanto no presente quanto no futuro.

Fonte: elaborado pela autora com base nos artigos dos autores listados acima.

TABELA 2: OS 10 INDICADORES DE CONDIÇÃO FINANCEIRA DE BROWN (1993): “THE 10-POINT TEST OF FINANCIAL CONDITION”.

Os 10 Indicadores da Condição Financeira	
<u>Receita Total</u> população total	Total da Receita é o total da receita de todos os fundos governamentais.
<u>Receita de fontes próprias total</u> Receita Total	Receita total de fontes próprias é a diferença entre o total da receita e o montante classificado como receita de transferência intergovernamental. (<i>Total General Fund Revenues – Intergovernmental Revenues in the General Fund</i> ³)
<u>Desempenho orçamentário + reservas</u> Total geral das fontes de recursos	Total geral das fontes de recursos é igual a receitas totais.
<u>Despesas operacionais</u> Total despesas	Despesas operacionais é o total para despesa geral, despesas correntes.
<u>Receita Total</u> Despesas Total	Total da Receita é o total da receita de todos os fundos governamentais. Total das despesas é o total das despesas para todos os fundos governamentais.
<u>Saldo do fundo geral não reservado</u> Receita Corrente Líquida	Saldo do fundo geral não reservado é o total do saldo de dois fundos não reservados: designados (saldo fundo específico) e não designados (saldo fundo geral).
<u>Total de Caixa e investimentos do fundo geral</u>	Total de Caixa e investimentos é o valor em disponibilidades e total do passivo e o total de obrigações.

³ Guia de indicadores de condição financeira (*Guide to indicators of financial condition*) de Griesel e Leathermn.

Total de passivo	
Total do passivo	
Receita total de fundos gerais	Autor afirma ser autoexplicativo.
Dívida direta de longo prazo	
População	Dívida direta de longo prazo é a obrigação vinculada a receita do imposto de propriedade ⁴ ou dívida consolidada <i>per capita</i> .
<u>Serviço de dívida</u> Receita total	Serviço de dívida é a despesas total com a serviço da dívida

Fonte: elaborado pela autora, adaptação do modelo de Brown (1993) e Diniz, Macedo e Corrar (2012) (tradução livre).

Obs 1: O saldo do fundo é a diferença entre ativos e passivos em um fundo governamental. Os fundos governamentais são, geralmente, as atividades de governo suportadas por impostos (em oposição aos fundos proprietários, que contabilizam autofinanciamento, atividades comerciais) e incluem⁵:

- Fundos Gerais: O fundo geral é onde o governo contabiliza tudo que não foi divulgado em outro fundo;
- Fundos de receitas especiais: são as receitas de fontes específicas, limitadas para serem usadas para um propósito específico;
- Os fundos do serviço da dívida, contabilizam o reembolso da dívida.

Obs 2: O saldo do fundo é demonstrado de duas formas: reservados e sem reservas. Quando o saldo do fundo é reservado, significa que os recursos estão em uma forma que não pode ser apropriada e gasta (como o inventário) ou que os recursos estão legalmente limitados para serem usados em um propósito específico. Saldo do fundo sem reserva representa recursos que podem ser usados para qualquer finalidade do fundo em que são relacionados. O saldo do fundo não reservado de um fundo de serviço da dívida pode ser usado para pagar qualquer dívida pendente. O saldo do fundo não reservado de um fundo geral pode ser usado para qualquer propósito.⁶

TABELA 3: MODELO DE HENDRICK (2004)

1. **Características ambientais do governo:** Condições imutáveis, menos controláveis pelo governo, muitas vezes devido às tendências regionais:

a) Receita de renda: valor das bases tributárias e outras fontes de receita que os governos são legalmente autorizados a arrecadar por estatutos estaduais. Por exemplo: valor de propriedade ou recebimentos de vendas.

b) Necessidades de gastos: condições que determinam o nível de serviços que os governos devem fornecer para garantir a saúde e segurança de seus residentes e visitantes. Por exemplo, kilometragem de estradas. As necessidades de gastos também ocorrem pelos diversos serviços que os governos fornecem e dos custos da prestação destes serviços, como por exemplo: o pagamento de salários aos prestadores.

⁴ Guia de indicadores de condição financeira (*Guide to indicators of financial condition*) de Griesel e Leathermn.

⁵ EPSTEIN et al. (2005)

⁶ EPSTEIN et al. (2005)

c) Características socioeconômicas, políticas e demográficas: características do município como população, economia e outras condições subjacentes que determinam os itens A e B acima. Também representam condições econômicas estaduais, nacionais ou municipais.

d) Mudanças no item 1.a, 1.b ou 1.c.

2. **Equilíbrio da estrutura fiscal com o meio ambiente:** comparação direta de características nas dimensões 1 e 3 para determinar o equilíbrio ou nível de adaptação da estrutura fiscal de um governo. Exemplo: impostos cobrados sobre a propriedade em relação a riqueza de propriedade ou gastos de segurança pública em relação à necessidade. As mudanças em aspectos dos itens 1 e 3 abrangem mudanças no item 2.

3. **Propriedades da estrutura fiscal do governo:** resultados das decisões de funcionários e outros diretores responsáveis pelas escolhas financeiras. Os participantes têm maior controle direto sobre as características do item 3 sobre o item 1. Esta dimensão inclui receitas e gastos em níveis e subdimensões abaixo. Reflete a adaptação do governo ao meio ambiente e outras características estruturais.

a) **Folga Fiscal:** nível de flexibilidade, discricção ou excedente na estrutura fiscal que permite aos governos moderar ou minimizar os efeitos das mudanças ambientais e incerteza ao longo de vários anos. Como exemplo, o saldo do fundo e os gastos discricionários.

Por exemplo: a dependência do imposto de vendas promove altos níveis de folga (o que reduz o risco).

b) **Relatividade dos componentes nas principais áreas estruturais:** níveis relativos de fonte de receita, funções de gastos, instrumentos de dívida ou outras áreas da atividade financeira, como percentual de ajuda estatal ou dívida de obrigações gerais (da dívida total).

Por exemplo, os altos recebimentos de vendas promovem a dependência dos impostos sobre vendas (que aumenta o risco).

c) **Condições operacionais atuais:** reflete a capacidade do governo de atender a curto prazo as obrigações durante o ano fiscal, como: liquidez, déficits de fundos, empréstimos de fundos ou empréstimos de curto prazo.

d) **Obrigações financeiras futuras:** reflete o grau em que as escolhas financeiras atuais e as condições exigem recursos futuros, como: dívidas, pensões, manutenção diferida, contratos de longo prazo e passivos não financiados.

e) **Mudanças** no item 3.a, 3.b ou 3.c.

Fonte: elaborado pela autora, adaptação de Hendrick (2004) e Ritonga (2014).

TABELA 4: MODELO DE RIVENBARK, ROENIGK E ALLISON (2010)

Dimensão	Descrição	Cálculo	Interpretação
Capital Próprio	Indica se o governo vive com seus recursos próprios durante o ano fiscal: um exercício.	$\frac{\text{Total de Receitas}}{\text{Total de Despesa}}$	Um índice alto indica que o governo sobrevive com seus próprios recursos.
Performance Financeira	Fornece a magnitude de como a posição patrimonial do governo melhorou ou piorou com os resultados do fluxo de recursos.	$\frac{\text{PL final} - \text{PL inicial}}{\text{PL inicial}}$	Um percentual positivo indica que o governo melhorou sua posição financeira.
Auto Suficiência	Aborda até que ponto as taxas de serviço cobrem as despesas operacionais totais.	$\frac{\text{Taxas}}{\text{Total Despesa}}$	Uma proporção maior indica que o serviço é autossuficiente.

Obrigações Financeiras	Fornece comentários sobre a flexibilidade do serviço considerando a quantidade de recursos comprometidos com dívida anual.	Dívida de L. Prazo / Total da Despesa mais o principal da dívida.	A flexibilidade do serviço diminui com o aumento dos recursos comprometidos com a dívida.
Liquidez	Capacidade do governo para cumprir obrigações de curto prazo.	$\frac{(\text{Caixa} + \text{Investimentos})}{\text{Passivo Corrente (exceto receita diferida)}}$	Uma proporção elevada sugere que o governo é capaz de cumprir suas obrigações de curto prazo.
Solvência	Habilidade de um governo e cumprir com as obrigações de longo prazo.	$\frac{\text{Patrimônio Líquido}}{\text{Total de Passivo}}$	Uma proporção elevada sugere que o governo é capaz de cumprir suas obrigações de longo prazo.
Alavancagem	Identifica quanto do ativo está financiando o débito de longo prazo.	$\frac{\text{Dívida de L. Prazo}}{\text{Total de Ativo}}$	Índice elevado sugere que o governo é excessivamente dependente de dívida para financiar seus ativos.
Capital	Condição de ativos de capital como remanescente de vida útil	$\frac{\text{Depreciação Acumulada}}{\text{Ativos a serem depreciados}}$	Uma proporção elevada sugere que o governo está investindo em seus ativos de capital.

Fonte: elaborado pela autora, alterado de Rivenbark, Roenigk e Allison (2010).

TABELA 5: INDICADORES DE CONDIÇÃO FINANCEIRA DE VONEN (2011)

Indicadores de condição financeira – voltado para Mercado Financeiro

Distribuído entre as taxas de juros no governo de 10 anos.

Taxa de câmbio real ponderada comercial

Índice do mercado de ações

Preços de casas residenciais⁷

Preço do Petróleo

Crédito (C1), público em geral

Crédito (C2), empresas não financeiras C2

Crédito (C2), dos bancos comerciais

Financiamento monetário

Financiamento monetário - empresa não financeira

Diferencial relativo (medida de liquidez no mercado de ações)

Taxa de iliquidez (medida de iliquidez no mercado de ações)

Fonte: elaborado pela autora, adaptado de Rebeca Vonen (2011) (tradução livre).

⁷ <http://www.housepricecrash.co.uk/>

TABELA 6: DIMENSÕES DE RITONGA, CLARK E WICKREMASINGHE (2012)

Dimensões	Conceitos
Solvência de curto prazo:	Capacidade dos governos locais para cumprir suas obrigações dentro de 12 meses, tendo em vista que a divulgação dos balanços é para passivos correntes que são compromissos assumidos dentro do mesmo período.
Solvência Orçamentária:	Capacidade dos governos locais de gerar receita para cobrir despesas e operações durante o período de orçamento fiscal. Assim, os indicadores dessa dimensão devem mostrar um equilíbrio entre as receitas operacionais e as despesas operacionais durante um período fiscal.
Solvência de longo prazo:	Capacidade do governo local para atender as suas obrigações de longo prazo, indicando a sustentabilidade de um governo local. Obrigações de longo prazo só podem ser atendidas pelos governos locais se tiverem recursos próprios suficientes. Para determinar a solvência de longo prazo, os índices apropriados são aqueles que utilizam passivos a longo prazo como numerador e o total de ativos ou investimentos em ações como denominador. Um valor maior indica que menor a capacidade de um governo local para atender às suas responsabilidades a longo prazo.
Solvência do nível de serviço:	Capacidade do governo local para fornecer e manter o nível de serviços públicos necessários e desejado pela comunidade. Para atender a essa definição, o denominador desta dimensão deve ser o número de pessoas atendidas pelo governo local. O patrimônio líquido (ou seja, total ativos menos passivos totais) também é apropriado como um numerador porque é de propriedade do governo local e é uma riqueza para servir a comunidade. Assim, o valor de o total de ativos ou patrimônio líquido são adequados para representar este indicador. Quanto maior a proporção do total de ativos por população, mais o governo local conseguirá fornecer serviço público às pessoas. Outro indicador desta dimensão é a relação entre a despesa total e a população, considerando que esta relação indica quanto custa para um governo servir cada residente. Quanto maior o valor dessa relação, maior a ineficiência na prestação de serviços, o que pode ameaçar a solvência do nível de serviço de um governo local.
Flexibilidade Financeira:	Condição que demonstra quanto um governo municipal pode aumentar o volume de seus recursos financeiros para responder ao aumento de compromissos assumidos, quer através do aumento das receitas ou aumento da capacidade da dívida. Assim, com base nesta definição, os indicadores devem mostrar um equilíbrio entre a capacidade de receita e capacidade de dívida durante um período fiscal. O numerador desta dimensão deve ser representado pela capacidade da receita após a dedução das despesas obrigatórias e das receitas vinculadas, enquanto o denominador é representado pela quantidade de obrigações.
Independência Financeira:	Condição que demonstra que um governo local não é vulnerável e que as fontes de financiamentos estão sob controle, tanto de fontes nacionais como internacionais. Para cumprir a definição, o numerador da proporção deve ser as receitas próprias do governo local e o denominador deve ser receitas totais ou despesas totais. Quanto menor for o valor desses índices, menor será a independência financeira da condição financeira do governo local. Assim, quanto maior o valor dos dois índices, maior a independência financeira do governo local.

Fonte: elaborado pela autora, adaptado de Ritonga, Clark e Wickremasinghe (2012).

TABELA 7: VARIÁVEIS E INDICADORES UTILIZADOS POR RITONGA (2014)

Dimensão	Conceito	Indicadores e variáveis
Flexibilidade Financeira	Valores altos destes indicadores significa uma melhor capacidade do governo de encarar eventos extraordinários, que podem ser internos ou externos.	$(\text{receitas totais} - \text{receita do fundo de alocação especial} - \text{despesa de pessoal}) / (\text{reembolsos do principal do empréstimo} + \text{despesas com juros})$
		$(\text{receitas totais} - \text{receita do fundo de alocação especial} - \text{despesa de pessoal}) / \text{Total de Passivo}$
		$(\text{receitas totais} - \text{receita do fundo de alocação especial} - \text{despesa de pessoal}) / \text{Passivo de Longo prazo}$
		$(\text{receitas totais} - \text{receita do fundo de alocação especial}) / \text{Total Passivo}$
Solvência de Curto Prazo	Altos valores destes indicadores indicam mais ativos correntes disponíveis para cobrir Passivos Circulantes.	$(\text{Caixa e Equivalente de Caixa} + \text{investimentos de curto prazo}) / \text{Passivo Circulante}$
		$(\text{Caixa e Equivalente de Caixa} + \text{investimentos de curto prazo} + \text{recebíveis}) / \text{Passivo Circulante}$
		$\text{Ativo Circulante} / \text{Passivos Circulantes}$
Solvência de Longo Prazo	Quanto maior o valor de ativos e investimento por Passivo Não Circulante, mais ativos estão disponíveis para cobrir passivos de longo prazo. Indicador de investimento pelo total de ativos representa que quanto maior este for, maior serão as receitas próprias do governo local.	$\text{Passivo Não Circulante} / \text{Total de ativos}$
		$\text{Passivo Não Circulante} / \text{Investimento em ações}$
Solvência Orçamentária	Valores altos destes indicadores demonstram que há mais receita disponível para que o governo local possa investir ou gastar para atingir seus objetivos finais. Isso significa que crescimento destes indicadores representa melhora na condição financeira da dimensão orçamentária.	$(\text{receita total} - \text{receita do fundo de alocação especial}) / (\text{despesas totais}) - (\text{expedições de capital})$
		$(\text{receitas totais} - \text{receita do fundo de alocação especial}) / \text{Despesas operacionais}$
		$(\text{receitas totais} - \text{receita do fundo de alocação especial}) / \text{Despesas dos empregados}$
		$\text{Receita total} / \text{Despesa total}$
Independência financeira	Estes indicadores demonstram a independência financeira do governo local. Altos valores demonstram mais independência do governo local em gerenciar suas finanças.	$\text{Receitas próprias totais} / \text{Receitas totais}$
		$\text{Receitas próprias totais} / \text{Despesas totais}$
Solvência Nível de Serviço	O indicador de despesa sobre população demonstra o total de despesa absorvida pelos residentes. Quanto maior o indicador, maior os serviços e bens estão sendo oferecidos a população.	$\text{Total de ações} / \text{População}$
		$\text{Total de ativos} / \text{População}$
		$\text{Despesas totais} / \text{População}$

Fonte: elaborado pela autora, adaptado de Ritonga (2014).

TABELA 8: OS 50 MELHORES DESEMPENHOS MUNICÍPAIS DE CONDIÇÃO FINANCEIRA (ICF) DE 2014 A 2016

2014			2015			2016		
MUNICÍPIO	UF	ICF	MUNICÍPIO	UF	ICF	MUNICÍPIO	UF	ICF
Ouro Preto do Oeste	RO	1.62	São João de Iracema	SP	1.24	Campos Belos	GO	1.39
Panamá	GO	1.61	Barra Funda	RS	1.16	Terenos	MS	1.34
Presidente Kennedy	ES	1.60	Fernão	SP	1.15	Santa Maria de Jetibá	ES	1.33
João Ramalho	SP	1.54	Novo Horizonte	SC	1.15	Conceição da Barra	ES	1.33
Guarani de Goiás	GO	1.52	Douradina	PR	1.09	Três Lagoas	MS	1.32
Cacaulândia	RO	1.51	Itaúba	MT	1.08	Extrema	MG	1.32
Itutinga	MG	1.51	Macieira	SC	1.08	Paraíso do Tocantins	TO	1.32
Itarana	ES	1.51	Floresta	PR	1.08	Apiacás	MT	1.29
Capitão	RS	1.51	Guaporema	PR	1.08	Nova Mutum	MT	1.27
Boa Esperança	PR	1.51	Eugênio de Castro	RS	1.08	Cambuí	MG	1.25
Mauá da Serra	PR	1.51	Mampituba	RS	1.07	Silva Jardim	RJ	1.25
Bozano	RS	1.51	Toropi	RS	1.07	Guarantã do Norte	MT	1.22
Esperança Nova	PR	1.50	Cascavel	PR	1.07	Nova Candelária	RS	1.21
Olivedos	PB	1.48	Pato Bragado	PR	1.07	Chapadão do Sul	MS	1.21
Bocaiúva do Sul	PR	1.47	Tupãssi	PR	1.07	Tamarana	PR	1.21
Mirador	PR	1.45	Caseiros	RS	1.07	Nova Ponte	MG	1.20
Luzinópolis	TO	1.43	Matelândia	PR	1.07	Campo Novo do Parecis	MT	1.20
Novo Machado	RS	1.40	Santa Helena	PR	1.07	Eugênio de Castro	RS	1.20
Cacique Doble	RS	1.39	Orindiúva	SP	1.06	Luz	MG	1.19
Passa Sete	RS	1.36	Passa Sete	RS	1.06	Itapoá	SC	1.19
Jaú do Tocantins	TO	1.33	Nova Aurora	PR	1.05	Porto Velho	RO	1.17
Lidianópolis	PR	1.32	Nova Araçá	RS	1.05	Ceres	GO	1.16
Paráí	RS	1.32	Sete de Setembro	RS	1.05	São João da Urtiga	RS	1.16
Montes Claros de Goiás	GO	1.29	Rio Negro	PR	1.05	Nova Canaã do Norte	MT	1.16
Cardoso Moreira	RJ	1.27	São José de Ubá	RJ	1.05	Piraí	RJ	1.15
Borrazópolis	PR	1.27	Balsa Nova	PR	1.05	Itaipulândia	PR	1.15
Jussara	GO	1.26	Brunópolis	SC	1.05	Astorga	PR	1.15
Dois Irmãos do Tocantins	TO	1.26	Salto Veloso	SC	1.04	Porciúncula	RJ	1.14
Guamiranga	PR	1.26	Conquista D'Oeste	MT	1.04	Sério	RS	1.14
Nova Roma	GO	1.25	Nova União	RO	1.04	Itaiópolis	SC	1.13
Muitos Capões	RS	1.22	Riozinho	RS	1.04	Três Palmeiras	RS	1.13
Nonoai	RS	1.21	Adrianópolis	PR	1.04	Candiba	BA	1.12
Jacutinga	RS	1.21	Oliveira de Fátima	TO	1.03	Cândido Mota	SP	1.12
Leoberto Leal	SC	1.20	Nova Brasilândia	MT	1.03	Nova Andradina	MS	1.12
Guaraíta	GO	1.14	Barra do Rio Azul	RS	1.03	Conceição da Barra de Minas	MG	1.11

Monte Negro	RO	1.14	São Francisco do Guaporé	RO	1.03	São Francisco do Guaporé	RO	1.11
Ivatuba	PR	1.14	Apiacás	MT	1.03	Nova Brasilândia	MT	1.11
Sério	RS	1.13	Pinheiro Preto	SC	1.03	Santo Antônio do Leste	MT	1.09
Cachoeira de Goiás	GO	1.12	Amaporã	PR	1.03	Pompéu	MG	1.09
Encantado	RS	1.12	Aratiba	RS	1.03	Espigão D'Oeste	RO	1.09
Bom Jesus da Penha	MG	1.11	Paraíso do Sul	RS	1.03	Palotina	PR	1.09
Coronel Barros	RS	1.11	São Félix do Araguaia	MT	1.03	Cassilândia	MS	1.09
Sítio d'Abadia	GO	1.11	Corumbá	MS	1.03	Poço Fundo	MG	1.09
Pirapó	RS	1.10	Varre-Sai	RJ	1.03	Novo Tiradentes	RS	1.09
Carmésia	MG	1.10	Santa Isabel	GO	1.03	Cachoeira Grande	MA	1.08
Floresta	PR	1.10	Gavião Peixoto	SP	1.02	Três Pontas	MG	1.08
Pilões	RN	1.08	Ourizona	PR	1.02	Rio das Antas	SC	1.08
Nova Luzitânia	SP	1.07	Wenceslau Braz	PR	1.02	Colniza	MT	1.08
Guaporema	PR	1.07	Espigão D'Oeste	RO	1.02	Dom Silvério	MG	1.08
Catanduvas	PR	1.06	Tesouro	MT	1.02	Cristalina	GO	1.08

TABELA 9: OS 50 MELHORES DESEMPENHOS MUNICIPAIS DE CONDIÇÃO FINANCEIRA ADAPTADO (ICFadaptado) DE 2014 A 2016

ICFadaptado 2014			ICFadaptado 2015			ICFadaptado 2016		
município	uf	ICF	município	uf	ICF	município	uf	ICF
Capitão	RS	2.26	Santa Helena	PR	1.90	Campos Belos	GO	1.85
Presidente Kennedy	ES	2.19	Tesouro	MT	1.84	Cruzmaltina	PR	1.83
Panamá	GO	2.17	Planaltina do Paraná	PR	1.82	Fortaleza dos Valos	RS	1.83
Ouro Preto do Oeste	RO	2.17	Nossa Senhora do Livramento	MT	1.81	São Pedro do Paraná	PR	1.79
Mauá da Serra	PR	2.12	Princesa	SC	1.80	Terenos	MS	1.79
Bozano	RS	2.09	Ortigueira	PR	1.79	Santa Maria de Jetibá	ES	1.77
Itarana	ES	2.07	Marcelino Ramos	RS	1.79	Mariópolis	SP	1.77
João Ramalho	SP	2.06	Americano do Brasil	GO	1.70	Conceição da Barra	ES	1.77
Esperança Nova	PR	2.05	São João de Iracema	SP	1.64	Mauá da Serra	PR	1.77
Bocaiúva do Sul	PR	2.04	Tamarana	PR	1.60	Nova Porteirinha	MG	1.76
Boa Esperança	PR	2.04	Vanini	RS	1.57	Guzolândia	SP	1.76
Itutinga	MG	2.04	Barra Funda	RS	1.54	Três Lagoas	MS	1.76
Guarani de Goiás	GO	2.03	Fernão	SP	1.53	Extrema	MG	1.76
Cacaulândia	RO	2.02	Novo Horizonte	SC	1.52	Tupiratins	TO	1.75
Olivedos	PB	1.98	Douradina	PR	1.49	Paraíso do Tocantins	TO	1.75
Mirador	PR	1.93	Venda Nova do Imigrante	ES	1.48	Itaguara	MG	1.75

Luzinópolis	TO	1.92	Pato Bragado	PR	1.47	Guaraíta	GO	1.75
Novo Machado	RS	1.86	Brunópolis	SC	1.46	São Domingos das Dores	MG	1.74
Cacique Doble	RS	1.85	Guaporema	PR	1.44	Gavião Peixoto	SP	1.73
Planaltina do Paraná	PR	1.82	Gavião Peixoto	SP	1.44	Goianá	MG	1.72
Passa Sete	RS	1.82	Itaúba	MT	1.43	Apiacás	MT	1.71
Caiapônia	GO	1.80	Macieira	SC	1.43	Nova Mutum	MT	1.69
Lidianópolis	PR	1.80	Floresta	PR	1.43	Ermo	SC	1.69
Jaú do Tocantins	TO	1.77	Tupãssi	PR	1.42	Bernardo Sayão	TO	1.69
Paraí	RS	1.75	Pontal do Paraná	PR	1.42	Cajuri	MG	1.68
Vanini	RS	1.72	Eugênio de Castro	RS	1.42	Arapeí	SP	1.67
Montes Claros de Goiás	GO	1.72	Mampituba	RS	1.42	Serrania	MG	1.67
Ortigueira	PR	1.70	Toropi	RS	1.42	Cambuí	MG	1.67
Guaraíta	GO	1.69	Cascavel	PR	1.41	Tamarana	PR	1.67
Dois Irmãos do Tocantins	TO	1.69	Nova Aurora	PR	1.41	Silva Jardim	RJ	1.66
Cardoso Moreira	RJ	1.69	Caseiros	RS	1.41	Guarantã do Norte	MT	1.62
Jussara	GO	1.69	Matelândia	PR	1.41	Nova Candelária	RS	1.61
Borrazópolis	PR	1.68	Vicente Dutra	RS	1.41	Chapadão do Sul	MS	1.60
Guamiranga	PR	1.67	Balsa Nova	PR	1.40	Itaipulândia	PR	1.60
Nova Roma	GO	1.67	Orindiúva	SP	1.40	Nova Ponte	MG	1.59
Marcelino Ramos	RS	1.64	Passa Sete	RS	1.40	Campo Novo do Parecis	MT	1.59
Muitos Capões	RS	1.62	Nova Araçá	RS	1.39	Eugênio de Castro	RS	1.59
Nonoai	RS	1.61	Sete de Setembro	RS	1.38	Luz	MG	1.58
Jacutinga	RS	1.61	Rio Negro	PR	1.38	Espera Feliz	MG	1.58
Leoberto Leal	SC	1.59	São José de Ubá	RJ	1.38	São Pedro do Iguaçu	PR	1.58
Minas do Leão	RS	1.58	Oliveira de Fátima	TO	1.38	Itapoá	SC	1.57
Venda Nova do Imigrante	ES	1.53	Adrianópolis	PR	1.38	Quintana	SP	1.57
Dona Emma	SC	1.53	Álvares Machado	SP	1.38	Passos Maia	SC	1.56
Castelo do Piauí	PI	1.52	Salto Veloso	SC	1.38	São João da Urtiga	RS	1.55
Monte Negro	RO	1.51	Conquista D'Oeste	MT	1.37	Porto Velho	RO	1.55
Ivatuba	PR	1.50	Nova União	RO	1.37	Ceres	GO	1.54
Dom Silvério	MG	1.49	São João da Urtiga	RS	1.37	Nova Canaã do Norte	MT	1.53
Sério	RS	1.49	Riozinho	RS	1.37	Piraí	RJ	1.53
Encantado	RS	1.49	Ipiranga	PR	1.37	Astorga	PR	1.52
Cachoeira de Goiás	GO	1.48	Capitólio	MG	1.36	Rancho Alegre D'Oeste	PR	1.51